

TERMO DE REFERÊNCIA PARA O PLANO MICRORREGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AMCOPAR

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA
REGIÃO SUL — SUDESUL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA O PLANO MICRORREGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AMCOPAR**

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

VOLUME I

Junho/1976

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	1
1 — INTRODUÇÃO	3
2 — SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES	6
2.1 - Panorama Sintético do Contexto Macrorregional (0 Estado do Paraná)	6
2.2 - Diagnóstico Conclusivo da Região Plano	17
2.3 - Recomendações	60

VOLUME II

3 — PANORAMA SINTÉTICO DO CONTEXTO MACRORREGIONAL (0 Estado do Paraná)	1
3.1 - Introdução	1
3.2 - Demografia	1
3.3 - Recursos Naturais	4
3.3.1 - Recursos Florestais	4
3.3.2 - Potencial Hidráulico	6
3.3.3 - Recursos Minerais	6
3.4 - Infra-Estrutura	8
3.4.1 - Transporte Rodoviário	8
3.4.2 - Transporte Ferroviário	10
3.4.3 - Energia Elétrica	10

3.4.4 - Saneamento	12
3.4.5 - Armazenagem	16
3.4.6 - Porto de Paranaguá	18
3.5 - Estrutura da Economia Paranaense	19
3.5.1 - Setor Primário	19
3.5.2 - Indústria	26
3.5.3 - Setor Terciário	28
4 — DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO DA REGIÃO PLANO	29
4.1 - Introdução	29
4.2 - Abordagem Histórica da Formação Econômica do Centro-Oeste Paranaense	30
4.3 - Caracterização dos Recursos Naturais da Região Plano	31
4.3.1 - Localização e Tamanho Geográfico da Área de Estudo	31
4.3.2 - Geologia e Geomorfologia	32
4.3.3 - Clima	38
4.3.4 - Pedologia	42
4.3.5 - Hidrografia	42
4.3.6 - Vegetação	46
4.3.7 - Recursos Minerais	55
4.4 - Análise da Estrutura Produtiva do Sistema Econômico Regional	60
4.4.1 - Introdução	60
4.4.2 - Imagem Representativa da Região Plano	60
- A Estrutura Produtiva	60

- Comportamento Conjuntural das Atividades Econômicas	68
- Distribuição Setorial da Renda Regional	75
- Origem da Renda e do Emprego Regional	79
- Balança Comercial.....	84
 4.4.3 - Setor Primário	87
a) Caracterização Geral	87
b) Agricultura.....	99
c) Pecuária.....	115
d) Avicultura.....	118
e) Produtos de Origem Animal.....	120
f) Extrativa Vegetal.....	120
g) Comercialização de Produtos Primários ..	125
 4.4.4 - Análise da Estrutura Industrial da AMCOPAR	132
a) Apreciação do Tecido Industrial da AMCOPAR	132
- Coeficiente de Atividade Industrial ..	132
- Coeficiente de Industrialização	132
- Participação Relativa do Emprego Industrial.....	133
b) Indicador de Capitalização do Setor Industrial.....	134
c) Comportamento Evolutivo do Setor Industrial.....	140
- Classificação dos Gêneros Indus- triais.....	140

- Modificações Estruturais 1960-70	145
- Modificações Estruturais 1972-74	155
d) O "Complexo" Industrial da Madeira	164
e) Organização Espacial das Atividades Industriais	170
4.4.5 - Análise das Atividades de Apoio	177
a) Apoio Técnico e Financeiro	
(Extensão Rural e Sistema Bancário)	177
- Extensão Rural	178
- Programa de Crédito Rural	182
- Sistema Bancário	191
b) Intermediação - Prestação de Serviços ...	192
- Atividades Comerciais	192
- Cooperativas	192
c) Turismo	201
d) Origem das Compras e Destino da Produção	206
4.5 - Análise do Espaço Econômico Regional e sua Infra-Estrutura Física e de Serviços	209
4.5.1 - Análise da Estrutura Espacial da Região Plano	209
a) Modelo de Fluxos	211
4.5.2 - Hierarquia Funcional e Urbana	217
4.5.3 - Infra-Estrutura Física	227
a) Transporte Rodoviário	228
b) Transporte Ferroviário	230
c) Transporte Aéreo	232

d) Transporte Marítimo e Fluvial.....	232
e) Energia Elétrica.....	232
f) Armazenagem.....	237
g) Rede de Saneamento Básico.....	246
 4.5.4 - Infra-Estrutura de Serviços	250
a) Serviços Telefônicos.....	250
b) Serviços Postal e Telegráfico.....	255
c) Serviços de Rádio e Difusão.....	256
d) Serviços de Transporte.....	264

VOLUME III

4.6 - Análise das Condições de Trabalho e de Vida da População	1
4.6.1 - Introdução	1
4.6.2 - Caracterização Geral - Análise Comparada	7
4.6.3 - População e Condições de Trabalho - Análise por Município segundo as variáveis: população, migração e Estrutura de emprego, estrutura funcional e população ocupada no setor primário...	17
4.6.4 - Análise das condições de Educação e Saúde.....	196
a) Educação	197
b) Saúde	223
4.6.5 - Conclusão	233

VOLUME IV

4.7 - Aspectos Institucionais da AMCOPAR	1
--	---

4.7.1 - Introdução	1
4.7.2 - A AMCOPAR	1
4.7.3 - Situação Atual	3
4.7.4 - Situação Financeira dos Municípios	3
4.7.5 - Fontes de Recursos Potencialmente Disponíveis.	11
4.7.6 - Atuação do Estado na AMCOPAR	12
5 — ANEXOS	13
6 — BIBLIOGRAFIA	132

APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado por força de convênio firmado entre o Ministério do Interior - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e a Secretaria de Estado do Planejamento, que designou o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES para a realização do estudo.

O estudo objetiva a elaboração dos Termos de Referência para o Plano Microrregional de Desenvolvimento Integrado da Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná- AMCO-PAR.

Todo o trabalho foi desenvolvido num prazo efetivo de 7 meses e compõe-se de quatro volumes, correspondendo a presente publicação ao:

Volume I - arrola os objetivos do trabalho e propõe o enfoque metodológico para elaboração do diagnóstico da Região, uma síntese de todos os temas tratados no decorrer da análise e as recomendações de ordem geral pertinentes a cada um dos diversos setores regionais;

Volume II - após uma breve, porém abrangente, caracterização do contexto macrorregional, no qual acha-se inserida a Região Plano, apresenta o diagnóstico regional em seus aspectos econômicos, subdivididos nos seguintes grandes itens: Abordagem Histórica da Formação Econômica do Cen-

tro-Oeste Paranaense; Caracterização dos Recursos Naturais da Região Plano; Análise da Estrutura Produtiva do Sistema Econômico Regional e Análise do Espaço Econômico Regional e sua Infra-Estrutura Física e de Serviços;

Volume III - apresenta o diagnóstico regional no tocante aos aspectos sociais, com análise das condições de trabalho e de vida da população;

Volume IV - contempla a análise dos aspectos institucionais da AMCOPAR e reúne os anexos e a bibliografia.

Considerando a importância do trabalho e o seu alto valor como fonte de pesquisa, o IPARDES o coloca à disposição de todos os interessados. Embora, por motivos técnicos, em sua grande edição o documento tenha sido condensado, o mesmo pode ser manuseado e consultado integralmente (4 volumes) neste Instituto.

A DIRETORIA.

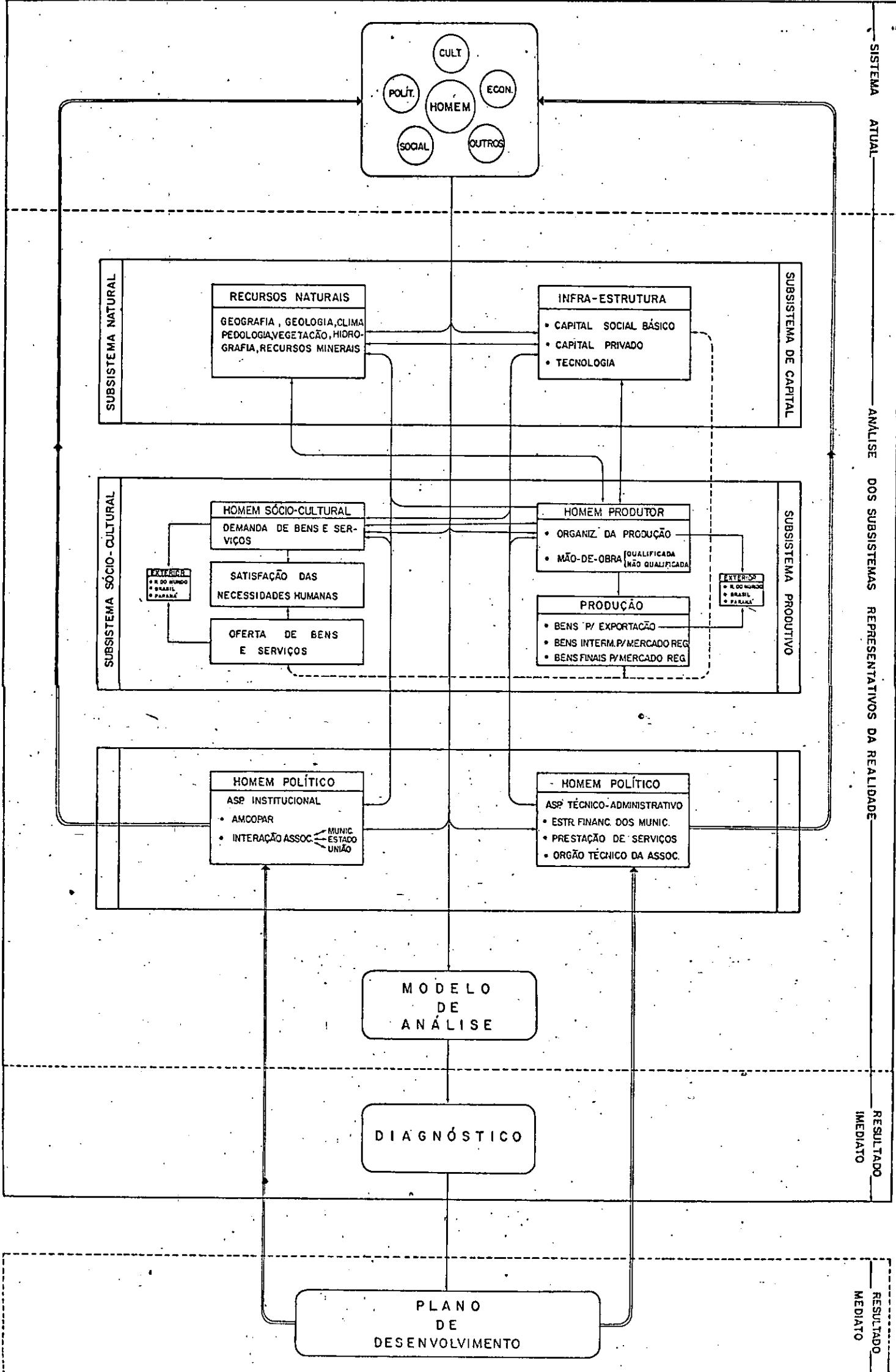
1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo está delimitado pelo convênio nº 30/75 firmado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL/Governo do Estado do Paraná (Secretaria de Estado do Planejamento) que em sua cláusula primeira fixa: "O presente Convênio visa a elaboração dos Termos de Referência para o Plano Microrregional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR".

O enfoque metodológico proposto neste trabalho consiste basicamente numa visão sistemática e estrutural. Sistemática pois se concebe as atividades processadas na Região Plano como sendo inter-relacionadas e interatuantes, de tal sorte que chegam a constituir uma unidade complexa, formada por sua vez por diversos subsistemas. O enfoque estrutural deve-se à preocupação de formular um diagnóstico a partir do conhecimento da composição e organização interna de cada um dos subsistemas.

A prancha 1.3 (a) ilustra de maneira sintética a concepção metodológica aqui utilizada. No topo da mesma se visualiza a "unidade complexa" gerada a partir das diversas manifestações sócio-econômicas, político-cultural do homem-habitante da Região, começo e fim último de toda e qualquer ação regional. A seguir, percebe-se as interdependências existentes entre os diversos subsistemas, nos quais se tenta apreender os elementos mais representativos da realidade regional.

O conjunto da abordagem pormenorizada de cada um desses subsistemas, compõe o "Modelo de Análises" destinados a pro-



porcionar um "Diagnóstico" do Sistema Regional, limite do campo deste trabalho, o qual finalmente deverá fornecer os insumos básicos para a formulação de um Plano de Desenvolvimento Regional.

2. - SÍNTESES E RECOMENDAÇÕES

2.1 - PANORAMA SINTÉTICO DO CONTEXTO MACRORREGIONAL (O ESTADO DO PARANÁ)

2.1.1 - LOCALIZAÇÃO

O Paraná conta com uma área de 199.554 km², situado entre os paralelos 22° 30' e 26° 42' e meridiano 48° 28' e 54° 34', que corresponde a cerca de 2,3% da superfície total do Brasil.

2.1.2 - LIMITES GEOGRÁFICOS

No que se refere aos aspectos limítrofes, o Paraná está assim demarcado:

- ao norte, com o Estado de São Paulo;
- ao sul, o Estado de Santa Catarina e a República Argentina;
- a leste, o Oceano Atlântico;
- a oeste, a República Argentina;
- a noroeste, o Estado de Mato Grosso.

2.1.3 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Possuindo um efetivo humano de 7 milhões de habitantes, em 1970, ou 7,4% da população total do Brasil, o Paraná apresentou na década 60/70, uma das maiores taxas de crescimento do País, 5% ao ano.

Cerca de 44% do total da população, é constituída por me

nores de 15 anos, taxa esta ligeiramente superior a média brasileira.

Com os seus $35,15 \text{ h/km}^2$ se constitui em Estado de elevada densidade demográfica se comparado com outros Estados e com a média brasileira.

Apesar de ser um Estado de elevado crescimento demográfico, o Paraná possui um dos menores índices de urbanização sendo sua população predominantemente rural.

a) Caracterização da Mão-de-Obra Economicamente Ativa

Da população total do Estado, 32,5% dos habitantes, constituem a mão-de-obra economicamente ativa, que numa distribuição por setores de atividades comporta-se da seguinte maneira: Primário, 63,2%; Secundário, 10,2% e Terciário, 26,6%.

21.4 - RECURSOS NATURAIS

a) Recursos Florestais

Poucos decênios atrás, o Paraná era uma das áreas mais ricas em matas, no Brasil. Aproximadamente 84% de sua superfície constituía-se de matas virgens primitivas, ou seja, 168.000 km^2 . Porém, em 1963, os registros mostravam que apenas 46.186 km^2 da área era ocupada por matas virgens, representando 23% da área total do Estado, e 27,4% das matas primitivas. No período de 1963/1973, a área florestal devastada foi de aproximadamente 3.710.603 ha, que corresponde a um ritmo de devastamento de 371.060,3 ha, por ano. Assim, devido à exploração desenfreada provocada pelo homem, o revestimento florístico do Paraná sofreu transformações profundas.

No entanto, com a instituição, pelo Governo Federal, da política de incentivos fiscais ao reflorestamento, as áreas programadas para serem reflorestadas, por "Araucária Angustifolia", atingirão, no Estado, 328.047,7 ha no período de 1965/1979, ten-

do sido executado até 1973 o equivalente a 229.155,7 ha.

b) Potencial Hidráulico

O território paranaense, pelas suas características topográficas, apresenta-se como uma das áreas mais ricas para o aproveitamento hidroelétrico do Brasil, com um potencial avaliado em cerca de 24 mil MW, correspondendo a 30% do total do País.

Grande parte deste potencial, acha-se concentrado nos rios Paraná e Iguaçu que possuem as seguintes programações para seu aproveitamento:

- no rio Paraná, aproveitar-se-á o volume de águas e o desnível entre o Salto das Sete Quedas e a Foz do Rio Iguaçu. Através do consórcio entre Brasil e Paraguai, iniciou-se a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, que terá uma potência superior a 10 mil MW, que a colocará entre as maiores hidrelétricas do mundo;

- no rio Iguaçu, a utilização de uma série de desníveis, que agregados proporcionam um potencial hidráulico superior a 6 mil MW, divididas em várias usinas. A primeira, Salto Osório, que está em operação com 1.050 MW; a segunda, Foz do Areia, com 2.250 MW, construção iniciada em fins de 1974. As demais, Salto Santiago e Salto Segredo, que estão em fase de estudos e projetos.

c) Recursos Minerais

O Estado conta com recursos minerais bastante expressivos, nos casos já conhecidos: como o Xisto, o Carvão, o Talco, o Calcário, o Minério de Chumbo e o Caulim.

O Paraná é o primeiro produtor nacional de talco, as principais jazidas encontram-se na região de Ponta Grossa, distrito de Itaiacoca.

Outra riqueza mineral do Estado é o Calcário, as melhores reservas estão localizadas nos municípios de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul. Em grandes jazidas nos municípios de Rio Branco do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Ponta Grossa e Castro, encontra-se um calcário com alto teor de magnésio, o dolomito, bastante empregado na produção de mármores.

O Minério de Chumbo é encontrado em jazidas no Vale da Bacia do Rio Ribeira, sendo o Paraná o segundo produtor nacional.

O Carvão mineral do Paraná, apesar de impróprio para o consumo siderúrgico, devido a seu alto teor de enxofre orgânico, é largamente usado na geração de energia e em indústrias diversas, as reservas estimadas são de, aproximadamente, 45 milhões de toneladas.

O Caulim, assim como outros minerais argilosos, tem grande emprego na cerâmica, na indústria de papel, refinação de óleos, na indústria da borracha, inseticidas e indústria de cimento. As principais jazidas estaduais estão localizadas no município de Campo Largo, sendo que as indústrias cerâmicas locais absorvem quase toda a produção.

Outro mineral importante para o Estado, o Xisto Pirobetuminoso, que está sendo explorado na Região de São Mateus do Sul, abrirá perspectivas inteiramente novas para o desenvolvimento-industrial Paranaense. Estas jazidas podem assegurar uma oferta adicional de 100.000 barris diários, por um prazo superior a 20 anos, sendo que paralelamente virá ampliar-se a oferta interna de gás combustível, gás liquefeito de petróleo e nafta, transformando o País de importador de quase totalidade de enxofre que consome, em exportador dessa matéria prima.

Além desses minerais o Paraná possui consideráveis reservas de argila, minérios de ferro (de teor não elevado) barita e ilmenita.

2.1.5 - ASPECTOS DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE

a) Rodoviário

O Paraná conta atualmente com uma malha rodoviária de aproximadamente 116.292,3 km, dos quais 4.115,7 km são de rodovias federais, 6.040,7 km de estaduais e 106.135,9 km de municipais, representando os seguintes percentuais de participação 3,54%, 5,19% e 91,27%.

No sistema rodoviário exposto destaca-se os seguintes aspectos:

- das rodovias federais 2.072,9 km são pavimentados, 1.000,1 km não o são, porém comportam tráfego permanente, e 1.042,7 km são de rodovias de leito natural, permitindo tráfego somente com tempo seco;
- as rodovias estaduais apresentam 999,6 km pavimentados e 5.041,1 km não pavimentados;
- as rodovias municipais apresentam apenas 155 km pavimentados, com o município de Curitiba detendo 39% desse total. As não pavimentadas de tráfego permanente cobrem 3.015,8 km enquanto 102.965,1 km permitem tráfego apenas temporário.

b) Ferroviário

O transporte ferroviário no Paraná é atendido pela 11^a Divisão da Rede Ferroviária Federal S/A., a qual engloba ainda o Estado de Santa Catarina. A extensão da malha ferroviária em 1972 era de 3.015 km, dos quais 1.895 km implantados no Paraná. Na Rede Ferroviária Inter-Estadual, destacam-se duas interligações importantes:

- ligação do Paraná com o Rio Grande do Sul, através de dois ramais distintos, nas cidades catarinenses de Lages e Marcelino Ramos;
- ligação com São Paulo, através da Estrada de Ferro So

rocabana, nas cidades de Ourinhos e Itararé. Futuramente haverá outra ligação com São Paulo através do ramal Ponta Grossa/Itapeva, com 209 km, que reduzirá expressivamente o percurso.

No contexto estadual destacam-se:

- estrada de Ferro Central do Paraná, que reduzirá em 300 km o atual percurso ferroviário entre o Norte do Estado e o Porto de Paranaguá;
- prolongamento de grandes troncos ferroviários em direção a Oeste, na Região Norte, até Guaíra, na fronteira com o Paraguai; no Centro, até Foz do Iguaçu, possibilitando a ligação ferroviária do Porto de Paranaguá com a usina de Itaipu, também na fronteira do Paraguai; e no Sul até a cidade de Pato Branco, centro de uma região até agora carente de transporte ferroviário.

2.1.6 - ENERGIA ELETRICA

O atendimento direto e indireto a todo o Estado é de responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL: São eletrificados hoje os 289 municípios do Estado e mais 449 distritos e povoados.

O sistema elétrico estadual, conta com mais de 12.000 km de linhas de transmissão e subtransmissão, achando-se interligados com os demais Estados na Região Sul do Brasil e com a Região Sudeste, através de São Paulo.

Convém salientar que em 1973 entrou em operação a linha de transmissão que interliga o sistema da COPEL com o da Administração Nacional de Eletricidade-ANDE, do Paraguai, que permite reforçar o suprimento à Região Oeste do Paraná, com o recebimento de energia elétrica daquele país.

2.1.7 - A INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO

De modo bastante sumário, apresentar-se-á a disponibilidade e o atendimento no que se refere à infra-estrutura de saneamento, resultando as seguintes considerações:

- comprova-se a intenção, através do "Plano Octonal" da Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de atender aproximadamente, até 1980, 79% da população urbana estadual, contra os 56% em 1975;

- quanto ao esgoto sanitário, a meta consiste no atendimento de 50% da população urbana do Estado e dar adequado destino final dos esgotos, tendo em vista o controle da poluição das águas.

2.1.8 - A INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM

Sinteticamente as principais características do sistema de armazenagem do Estado são:

- da capacidade estática total de armazenamento em 1973, os armazéns do tipo convencional ou ensacados, representavam 81%, restando apenas 19% aos do tipo graneleiro;

- do total da capacidade existente a nível de microrregião destaca-se as do Litoral Paranaense com 16,8%, o Norte Novo de Londrina com 16,1% e o Norte Novo de Maringá com 12,9%, demonstrando a concentração geográfica do setor em torno das principais áreas agrícolas e do Porto de exportação do Paraná;

- por tipo de armazenagem, o Norte Novo de Londrina com 19,2% e o Litoral Paranaense com 17,0% possuem as maiores participações do tipo ensacados. No tipo graneleiro sobressai a microrregião Campos de Ponta Grossa, com 30,4%, e Extremo Oeste Paranaense com 17,1% da capacidade total do Estado;

- em termos de capacidade de armazenagem o Governo Federal e os particulares, devido aos altos investimentos neces-

sários para instalação e conservação das unidades armazenadoras, contam com as maiores capacidades 36,7% e 45%, respectivamente.

- por tipo de armazenagem, o Governo Federal e os particulares conservam a sua importância com 45,2% e 45,2% respectivamente, no que diz respeito a ensacados. Porém no tipo granel as cooperativas passam a ter a maior participação com 54,5%, complementando as particulares com 44,2% da capacidade total existente em 1973.

2.1.9 - PORTO DE PARANAGUÁ

O Porto é explorado pelo Governo Estadual, em regime de concessão, e administrado por uma autarquia Estadual, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que juntos formam o terminal marítimo de exportação do Paraná.

Os Portos de Paranaguá e Antonina dispõem de uma interligação com todo o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina, parte do Rio Grande do Sul, Sul de Mato Grosso e República do Paraguai; estas regiões estão interligadas por um sistema rodoviário que permite acesso ao terminal marítimo em condições econômicas.

Conta o Porto de Paranaguá com a seguinte infra-estrutura para atender a demanda de exportação: 29 armazéns com 79 mil m², tanques para combustíveis e gás liquefeito de petróleo, frigorífico, silos, linha férrea com 40 km de extensão no cais, 34 guindastes elétricos de 3 a 30 toneladas, 4 guindastes sobre pneus de 9 a 10 toneladas, empilhadeiras, tratores, carretas, vagões, sugadoras e pás arrastadoras elétricas. Salienta-se ainda que as instalações estão utilizando energia elétrica nas voltagens de 100, 220 e 380 V. e, que o abastecimento de navios com "fuel-oil" é realizado através de tubulações de 12", com flutuações de 30 t/hora.

2.1.10 - ESTRUTURA DA ECONOMIA PARANAENSE

A estrutura da economia paranaense depende basicamente dos setores primário e terciário, tendo estes contribuído de 1969 a 1973, com 38,5% e 49,2%, respectivamente, na geração da renda estadual.

Observa-se nos últimos anos uma tendência do setor primário em perder influência no Estado, refletindo esta perda relativa em acréscimos aos demais setores, principalmente do secundário.

a) Setor Primário

O Estado é responsável por cerca de 1/4 da produção agrícola do País, fato que o transformou em poucas décadas, numa das mais importantes unidades agrícolas de nosso território. A rápida resposta às exigências da demanda, aliada à aplicação dos fatores trabalho, capital e tecnologia vem ampliando esta posição de destaque na agricultura brasileira.

Evolução Recente da Produção Agrícola — em rápida abordagem, apresentar-se-á o comportamento das principais culturas do Estado.

A produção da soja e trigo, teve um crescimento notável no período de 1963/1974, chegando neste último ano a participar com cerca de 33% e 32%, respectivamente, da produção nacional.

O milho passou de uma produção de 1.600 mil toneladas em 1963 para uma produção média de 3.600 mil toneladas entre 1968 e 1972, mantendo-se nesta média até as últimas safras.

O algodão atingiu uma produção média de 500 mil toneladas no período 1968/1970, estabilizando-se em torno dessa cifra nas safras seguintes.

A produção do amendoim, de 10 mil toneladas em 1963, subiu para 160 mil toneladas, em média, no último triênio, participan-

do com cerca de 30% da produção nacional.

O feijão, a batata, o arroz, e a mandioca, como tradicionais produtos da agricultura de subsistência do Estado, mantêm suas produções estabilizadas, com variações provocadas por fatores climáticos.

O rami e a hortelã-pimenta com produções de 50 mil toneladas e 200 mil toneladas, respectivamente, responde cada qual com aproximadamente 90% da produção nacional.

Evolução Recente do Efectivo Bovino — O efectivo Bovino do Estado cresceu na proporção de 181,44% entre 1960 e 1970, tendo a sua participação relativa passado a 2,97% para 5,98% do rebanho brasileiro, ocupando, a sétima posição em termos de efectivo bovino, sendo superado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Bahia.

Evolução Recente do Efectivo Suíno — Cresceu o efectivo suíno do Estado na proporção de 71,04%, por ocasião dos Censos Agropecuários de 1960/1970, passando a suinocultura paranaense a posição de destaque nacional com 19,7% do rebanho brasileiro.

A população suína encontra-se disseminada por quase todo o Estado, porém a grande concentração ocorre nas regiões Leste e Sudoeste com aproximadamente 60% do rebanho.

b) Atividades Industriais

Sendo o quinto Estado brasileiro em número de estabelecimentos industriais, segundo estudos realizados em 1970 pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra, no Paraná predominam os ramos industriais mais diretamente vinculados a atividades primárias. Utilizando-se alguns critérios como o de valor de produção e o de absorção de matérias primas, verificar-se-ia, para 1970, que os principais ramos industriais eram: Alimentares, Madeira e Mobiliário, Têxtil, Papel e Papelão, seguidos da crescente produção de oleaginosas e dos minerais não metálicos.

c) Setor Terciário

Este setor contou nos últimos anos com um crescimento horizontal e vertical assustador na formação e consolidação dos centros urbanos estaduais, principalmente devido a expansão das instituições financeiras.

2.2 - DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO DA REGIÃO PLANO

2.2.1 - SÍNTESE GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

a) Breve Histórico da Formação Econômica

Os diversos ciclos econômicos, como o do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café, ocorridos no Brasil, mesmo apresentando uma concentração geográfica irradiavam direta e indiretamente suas influências a todo o País. No Paraná surgiu o tropeirismo, uma importante atividade que se derivou da mineração, cujas características principais foram: o surgimento de muitos povoados e vilas e a expansão de uma economia basicamente a nível de subsistência no Oeste do Paraná, que levou a ocupação do Terceiro Planalto, atingindo a Região de Guarapuava.

A origem dos Campos de Guarapuava deu-se em 1768, quando das primeiras tentativas de colonização pelos bandeirantes, os quais enfrentaram além das próprias dificuldades de penetração, uma forte resistência indígena.

O núcleo da cidade de Guarapuava iniciou-se com a chegada de uma grande expedição por volta de 1810. Em 1819 criou-se a Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, a 10km de Atalaia, um arraial fortificado. Em 1853 com a chegada de novos expedicionários e com o povoamento por criadores a povoação foi elevada a vila e em 1871 tornou-se cidade.

O município de Guarapuava sofreu sucessivos desmembramentos, surgindo daí os municípios de: Prudentópolis em 1906 (colonizado por poloneses e ucranianos), Pitanga (1943), Inácio Martins (1960) e Laranjeiras do Sul (1946), do qual desmembrou-se

Campo Novo em 1967, hoje denominado Quedas do Iguaçu. Os municípios de Manoel Ribas (1955) e Palmital (1961) resultaram do desmembramento do município de Pitanga.

b) Recursos Naturais

Localização e Tamanho Geográfico da Área em Estudo — A área em estudo é constituída pelos municípios de Palmital, Pitanga e Manoel Ribas, que na classificação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), compõem a microrregião homogênea (MRH) 287 e pelos municípios de Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Quedas do Iguaçu (componentes da MRH 290), além de Prudentópolis que pertence a (MRH) 276. Os municípios ora arrolados são membros componentes da "Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná" que neste estudo assume o papel de Região Programa para fins de planejamento.

A Região no Contexto Geológico e Geomorfológico do Estado — O Paraná, é formado por uma planície litorânea estreita, abruptamente interrompida pela Serra do Mar, onde surgem três grandes planaltos, os quais se sucedem de Leste para Oeste. O terceiro ou de Guarapuava é o maior dos três, e ocupa 2/3 do território do Estado, sendo constituído por faixas de arenitos cobertos por sedimentação.

O Planalto de Guarapuava atinge a 1.220 m na testa da escarpa, 550 metros nas serras do Boi Preto e de São Francisco e 350 metros na encosta do "Cañon" do Rio Paraná.

Neste planalto encontram-se situados todos os municípios da Região Plana, sendo que os localizados ao norte são caracterizados por uma superfície accidentada, com zona de florestas e uma composição mais rica do solo. Os municípios localizados no centro pertencem aos Campos Gerais, nos quais encontra-se uma superfície composta de topografia suave e com altitudes das mais elevadas do Planalto.

A formação geológica da Região está caracterizada da seguinte maneira: os municípios obedecem a formação básica de efü

sivas basálticas (diabásios, basaltos, etc.), com exceção do município de Prudentópolis, de formação geológica Permiana separado do anterior pela formação Botucatu.

Aspectos do Clima — A Região, segundo o critério de classificação internacional de W. Koeppen, situa-se em sua maior parte numa zona tropical úmida, com incidência de geadas noturnas periódicas.

A zona localizada a Nordeste da Região conta com um clima temperado sempre úmido (com incidência de mais de 5 ocorrências). Enquanto a zona leste possui características climática subtropical úmida. O comportamento climático dos municípios apresenta-se assim: nos municípios de Pitanga, Laranjeiras do Sul, Inácio Martins, Manoel Ribas, Palmital, Pinhão e Prudentópolis, o tipo climático encontrado é de quente no verão e frio com incidências de geadas no inverno. No município de Quedas do Iguaçu, o clima é temperado durante todo o ano e no município de Guarapuava, o clima é temperado durante o verão e bastante frio no inverno, quando há ocorrências de geadas freqüentes e por vezes nevadas, chegando a temperatura, em alguns dias, de 8° à 12° abaixo de zero.

Pedologia — Os solos de Centro-Oeste Paranaense apresentam-se homogêneos em toda a região, constituindo-se de solos vermelhos originados em rochas mater laterítica argilosa e limo argiloso, de cor vermelho arroxeadas, e às vezes amarelo, solos vermelhos eroditos em declives e solos marrons, sob mata fluvial subtropical e de araucária e outras vezes sob erva-mate e campo. Da região exclui-se o município de Prudentópolis, que possui solos lateríticos, com freqüência erodidos e lavados, cuja formação dá-se nas rochas mater lateríticas e semi-lateríticas, encontrado sob mata fluvial e tropical e sob campo do mesmo clima.

Composição Hidrográfica da Região — A região Plana situa-se na Bacia do Paraná e tem como seus principais limites os rios Ivaí, ao Norte, e Iguaçu, ao Sul, que fluem do litoral para o interior. No interior da Região, correm os rios Piquiri, e seus afluentes, o rio Cantu, e o Jordão. As principais bacias hidro-

gráficas da região são: do Rio Ivaí, com 35.845 km², cuja nascente é próxima ao município de Inácio Martins e possui um percurso de 685 km; do rio Piquiri que abrange 23.431 km², percorrendo 329 km e do rio Iguaçu, com uma extensão de 57.329 km², perfazendo um percurso de 1.200 km.

Aspectos da Vegetação — Os capões dos Campos de Guarapuava, Palmas e Laranjeiras do Sul, são associações florísticas de Araucária. Entretanto na zona de Laranjeiras do Sul a araucária definha, quando justamente na idade de seu desenvolvimento. Ainda mais, neste município encontra-se árvores de 80 a 100 anos de idade secando, a princípio sem causa aparente.

Na parte relativa ao reflorestamento se constata, via projetos programados, baseados na aplicação dos incentivos fiscais da Lei 5.106, Decreto-Lei 1.134 e nas portarias 784 e 107, para o período de 1965 a 1979, que o município de Guarapuava detém 60% da área total programada dentro da Região Plano, sendo que esta participa com 10% do total estadual.

A estimativa de rendimentos futuros dos reflorestamentos a serem implantados, para cada município, de 1975 a 2001, mostra que as maiores produções de matéria dar-se-ão nos municípios de Guarapuava, Pinhão e Pitanga.

Recursos Minerais — Por falta de dados significativos, cita-se apenas que na Região há incidência de água mineral, mérrio de cobre, argila e calcário.

2.2.2 - ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO SISTEMA ECONÔMICO REGIONAL

a) Imagem Representativa da Região Plano

A Estrutura Produtiva da Região Plano — Utilizou-se o número de pessoal ocupado, censo de 1970, e o valor adicionado, apurado pela Secretaria das Finanças dos contribuintes do ICM

para o ano de 1974, para tentar caracterizar a estrutura produtiva da Região Plano. Devendo ser levado em consideração os seguintes tópicos, para melhor se apreender a estrutura:

- na avaliação do setor primário não estão deduzidos os insumos utilizados, tratando-se portanto do conceito de valor da produção; salienta-se ainda que este valor é referente à produção primária comercializada, não estando incluídas as parcelas retidas para autoconsumo;

- o "valor adicionado" no setor secundário e na atividade comercial é a diferença entre os valores das operações de saída de mercadorias em relação aos de entradas, consideradas as variações de estoques, achando-se incluído portanto como valor adicionado o consumo intermediário de serviços (transporte, energia elétrica, etc.), o que acarretaria uma dupla contagem na estimativa do valor adicionado, caso fosse incluído nas outras atividades do setor terciário.

Duas atividades são as principais na região: agropecuária e madeira, ambas sendo complementadas pelas atividades comerciais. A partir disto, faz-se algumas inferências sobre estas atividades:

- o setor agropecuário apesar de apresentar uma participação significativa no valor da produção regional, 20,2%, no contexto estadual não apresenta a mesma magnitude, representando apenas 4,2% do valor da produção agropecuária estadual;

- detectou-se na Região, uma fraca ligação do setor primário com o secundário, favorecendo as atividades do terciário, significando que os produtos derivados do setor primário, são exportados com pouco ou quase nenhum processamento;

- verificou-se que do total das vendas da produção agropecuária 35,42% foram destinados às atividades madeireiras. Os outros destinatários regionais foram as atividades de Extração de Produtos Vegetais e Oleaginosas, com 2,78% e Produtos Alimentares com apenas 1,27%, enquanto o Comércio Varejista têm 9,34% do total, o Comércio Atacadista 17,48% e os Serviços

Comerciais 22,18%;

- o parque industrial do Centro-Oeste Paranaense é inexistente, se for apropriado a atividade da madeira no setor primário, considerando-se que esta atividade tradicional e predadora da região, exporta sua riqueza natural já quase esgotada, apenas com um beneficiamento primário o que equivale dizer sem nenhuma repercussão significativa para o crescimento Econômico Regional;

- verificou-se a predominância quase absoluta da atividade de desdobramento da madeira, sobre as de aglomerado, cabos e tornoaria e artigos diversos de madeira.

No denominado "complexo madeireiro", existente na Região, pode-se verificar, pelas interligações existentes, o elevado grau de dependência "externa", das matérias primas (compras de outros Estados e do exterior), das atividades do 2º estágio de transformação e das atividades finais principalmente, que atinge 15% em Esquadrias, chegando a 70% em Serviços Gráficos não classificados.

Nas demais atividades, estes índices são reveladores da elevada vulnerabilidade do setor industrial, pois quase todas as atividades são supridas em torno de 50%, e às vezes mais, de matérias primas provindas do exterior. Caso das atividades Metal-Mecânica, Couros e Peles - Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, por outro lado as atividades de Bebidas e Produtos Alimentares, parecem ser tipicamente processadoras de matérias primas locais, nada impedindo que grande parcela de suas compras, provenga de outras regiões do Estado, fato que não foi possível identificar através dos dados disponíveis.

As atividades terciárias de apoio a produção, comércio e atividades especiais, mantêm uma participação expressiva no valor da produção regional, em torno de 43%, embora apresentem também uma razoável dependência "externa".

Nesta análise constatou-se que não há uma integração considerável entre as atividades e que estas apresentam uma eleva-

da dependência externa, o que torna difícil compreender a capacidade de crescimento autônomo da Região.

Comportamento Conjuntural das Atividades Econômicas — O comportamento da estrutura regional em relação a economia estadual, é feita através da análise de participação de "share analysis". Sendo que para abordar as mudanças regionais, em indicadores da atividade econômica, num período de tempo, preocupando-se especialmente com a verificação se a mudança regional foi maior ou menor que a estadual, utiliza-se o "shift analysis".

Como instrumento de análise visando estudar os crescimentos comparativos inter-regionais, o método mais empregado tem sido o Estrutural-Diferencial, ou "Shift-Share", o qual é objeto desta parte do trabalho, onde pretende-se mostrar o comportamento da economia regional ante à estadual.

Desta análise, pela variável emprego para o período 1959/1970, resulta as seguintes observações:

- somente o setor terciário apresentou uma variação líquida diferencial positiva;

- observa-se que houve uma violenta dispensa de mão-de-obra agrícola que os demais setores econômicos regionais não puderam absorver;

- que o setor primário, por apresentar sinal negativo na variação líquida total, é um setor não dinâmico, frente ao Estado; ao passo que os setores secundário e terciário, por apresentarem sinais positivos, devem possuir economias de aglomeração em relação ao Paraná;

- que apesar da liberação da mão-de-obra agrícola, à exceção da cana-de-açúcar, centeio e cebola, todos os demais produtos agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas, tanto em produção física como em área colhida. Fato que denota uma mudança na função de produção da agricultura regional com a utilização de tecnologia mais avançada, como o emprego de sementes selecionadas e a utilização intensiva da mecanização.

Distribuição Setorial da Renda Regional Estimada (1970) —

Faz-se aqui uma abordagem do sistema como gerador de renda, fator determinante do nível de vida da população habitante da AM COPAR. Por ser esta variável altamente significativa, procurou-se obter informações próximas ao desejado, no entanto, a carência de dados levou à utilização dos levantamentos das estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE, através dos censos para o ano de 1970. Salienta-se que estes valores não representam em sua essência uma distribuição da renda, conforme conceituada economicamente, devido a algumas restrições de caráter metodológicos.

Pode-se observar o peso do setor primário na Região Plano, no ano de 1970, cujas atividades representaram 74% da "renda interna" regional. Destes, aproximadamente a metade são de vidas às atividades de extração vegetal e 1/3 da produção agrícola propriamente dita. Evidencia-se ainda que havia no referido ano, uma concentração da atividade de extração vegetal no município de Quedas do Iguaçu, detendo 92,8% dessa atividade na Região. O mesmo não ocorre com as atividades agropecuárias que já apresentam um maior equilíbrio em termos de participação dos municípios na estrutura de renda, porém, o município de Guarapuava nessas atividades destaca-se com uma representatividade de 31%.

O setor secundário contribuía com 18,7% na formação da "renda gerada" pela Região Plano, cabendo-lhe uma participação na renda industrial do Estado em torno de 4,5%, sendo que o município de Guarapuava era responsável por aproximadamente, 60% da renda industrial da Região. Caso se aproprie a atividade de extração vegetal junto ao setor secundário, uma vez que existe uma estreita ligação entre esta atividade e o setor, em decorrência da relação direta com a atividade madeireira, a participação do setor secundário na formação da "renda regional" passaria para 54,7% e a contribuição da renda do setor secundário regional na Estadual para 10,5%.

Por falta de dados e pelo seu caráter de dependência dos demais setores, o terciário deixa de ser considerado.

Origem da Renda e do Emprego Regional — Embora realizando-se um levantamento estimativo da "renda" da Região, parece não ser suficiente a desagregação nos setores primário, secundário e terciário, pois não permite conhecer quais são as atividades específicas que estão proporcionando tais rendas.

Assim utilizou-se outra fonte que embora perdendo em precisão, ganha em desagregação e atualidade. Trata-se do "valor adicionado" publicado pela Secretaria das Finanças para o ano de 1974, que é utilizado como um "proxy" da renda.

Mesmo ressentindo-se das dificuldades decorrentes da fonte, sente-se a necessidade de se precisar o relacionamento da Região Plano com o resto do Estado, e pode-se com muita cautela esperar que a "renda gerada" na Região seja determinada em 1/3 pela influência do próprio Estado (incluindo a própria Região), enquanto que aproximadamente 1/5 provém, diretamente, de decisões tomadas em outros Estados e aproximadamente 3% devido às influências do exterior.

Quanto ao grau de dependência regional, no que diz respeito a geração de renda, vê-se que esta modifica sensivelmente se achado pela ótica do emprego, permitindo as seguintes observações:

- que a ligação com o próprio Estado assume uma proporção em torno de 90%;
- que a ligação com outros Estados estaria afetando apenas em torno de 8% a estrutura do emprego;
- que esta mesma relação com o exterior não atinge sequer 0,5%.

Esta mudança do grau de dependência talvez ocorra em função dos seguintes fatores:

- pela defasagem das informações (pessoal ocupado-1970 e valor adicionado-1974);

- devido à grande concentração do pessoal ocupado da Região no setor primário, em torno de 90%, e ao fato deste setor efetuar transações, principalmente, dentro do Estado e, ao que tudo indica, dentro da própria Região.

Pode-se precisar, pelas estimativas, que a formação da "renda regional" depende consideravelmente do crescimento econômico de outros Estados, não ocorrendo o mesmo com a formação do emprego que depende diretamente do próprio crescimento estadual.

Balança Comercial da Região — Balança Comercial (apresentada) em seu aspecto global, comprehende apenas os setores secundário e terciário, visto que o setor primário a distorceria, pois os dados da Secretaria das Finanças não computam os valores das compras dos mercados nacional e externo e ainda mais, as entradas do mercado Estadual referem-se somente a compra de produtos primários, não se incluindo a aquisição de insumos industriais modernos tais como: adubos, fertilizantes, corretivos, vacinas, etc.

Utilizou-se o critério, para a construção da balança comercial, de desagregar os setores econômicos regionais o mais pormenorizadamente possível, chegando ao nível de atividades naqueles gêneros em que os dados permitiam. Chama-se a atenção para o fato de que os dados não permitem que se desagregue a Região do Estado. Assim, nas saídas e entradas do mercado estadual acha-se inclusa a própria Região Plano.

Feitas estas ressalvas, que se julga de grande importância para melhor se apreender os dados contidos neste item, relacionam-se abaixo as principais conclusões alcançadas:

- que as atividades industriais e comerciais responsáveis pelo superavit apresentado pela Região, de 615 mil cruzeiros, pouco menos de $\frac{3}{4}$ referem-se a transações dentro do próprio Estado;

- que apesar do comércio apresentar maior volume de negócios, foi o setor industrial que mais contribuiu para a forma

ção do excedente econômico da Região, representando 85% do total do superavit;

- que a grande maioria das atividades regionais mostram-se deficitárias quando transacionam com o mercado nacional, sendo que estes déficits são compensados quando das transações nos mercados estadual e externo;

- que o ramo madeireiro é um dos poucos que mantém relações com o resto do mundo, perfazendo 80% das vendas da Região e 30% das vendas do setor madeireiro estadual para o exterior;

- que a participação da Região na pauta das exportações-paranaenses, responde diretamente apenas com 1,5% do total;

- que a dependência da Região em termos de compras do mercado externo é insignificante, representando apenas 0,09% do total das compras diretas.

b) Setor Primário

O setor primário, e em particular a agricultura, vem se constituindo no setor de maior dinamismo do processo produtivo da economia paranaense. A produção do setor agrícola representa cerca de 40% do Produto Interno Bruto do Estado. As agro-indústrias geram aproximadamente 60% da produção do setor secundário dessa economia. Isso significa que o desenvolvimento econômico social do Estado depende sobremaneira do comportamento desse setor.*

A região Plano, para isto tem contribuído de maneira bastante expressiva tendo nos últimos anos, período de 1971/1974, apresentado um aumento de participação de cerca de 45% no valor da produção primária estadual, enquanto o setor primário regional cresceu a uma taxa média anual de 49,3% a.a., no Estado

* Governo do Estado do Paraná/Secretaria da Agricultura - Contribuição para o Plano Diretor de Desenvolvimento da Agricultura do Estado do Paraná - 75/79 - Fevereiro de 1975.

este crescimento foi de 32,5% a.a. Sendo que na Região, o setor primário participou com 39% do valor adicionado total neste mesmo período.

Como estes dados referem-se ao valor da produção e não ao valor adicionado pelo setor primário, utilizou-se os dados censitários de 1970 para verificar em quanto importaram os gastos com insumos, por hectare cultivado, e constatou-se que na Região estes representavam 50% do total das despesas contra apenas 33% no Estado, fato que acarreta uma "renda" agrícola no Estado 1/3 superior à da Região. Esta grande participação da compra de insumos no total dos gastos ao que parece, está ligada aos solos quimicamente pobres da Região, pois apesar deste fator, eles reagem muito bem à utilização de fertilizantes e adubos, proporcionando à Região elevados índices de produtividade nas culturas da soja (1814 quilogramas por ha) e trigo (1073 quilogramas por ha). Outro fator que influí sobremaneira para que a Região atinja estas produtividades é a mecanização agrícola, que em termos regionais apresenta-se superior a média estadual, tendo na década 1960/70 os investimentos no item máquinas e veículos crescido na Região cerca de 57,8% a.a., contra 43,7% a.a. no Estado.

Agricultura — A Região contribuiu na média, do período-1970/73, com 5,4% para a produção agrícola estadual (em termos de valor da produção), participação esta que vem se deteriorando, pois enquanto o valor da produção agrícola estadual cresceu a uma taxa média de 27% a.a., em termos regionais este crescimento foi de apenas 17% a.a. em igual período.

Dentre as principais culturas regionais -milho, soja, trigo, feijão, arroz e batata inglesa- a soja foi a que mostrou, nos últimos anos, uma maior dinamicidade tendo apresentado, entre 1970 e 1973, uma taxa média de crescimento anual de 99,7% contra apenas 18% a.a. das culturas de milho e feijão.

Demonstrar-se-á a seguir, a situação individual das culturas acima citadas:

- o milho é o principal produto agrícola da Região, repre-

sentando 11,3% da área colhida do Estado, no ano de 1973, contribuindo com 11,5% da produção estadual, a qual equivale a aproximadamente 1/4 da produção nacional. Os municípios de Pitanga e Laranjeiras do Sul, possuem a produção mais significativa, tendo sido responsável por 42% da produção da Região, no período de 1970/73;

- a soja, mesmo sendo uma cultura que só recentemente tenha apresentado expansão de área no Estado, parece que encontrou na Região uma rápida resposta ao seu desenvolvimento, apresentou em termos de área colhida, um crescimento da ordem de 192,3% no período de 1970/73. Sua principal área de ocorrências são os municípios de Guarapuava e Pinhão. Apesar de serem poucos os municípios da Região que se encontram ligados a esta cultura, sua participação na produção Estadual, na média do período de 1970/1973, foi de 14,6%, com um rendimento excelente de 1.750 kg por ha, comparável ao dos maiores produtores mundiais.

- o feijão é produzido com bastante intensidade em todos os municípios da área, no entanto como maiores produtores, por ordem de importância, destacam-se os municípios de Pitanga, Quendas do Iguaçu e Guarapuava, que juntos são responsáveis por 3/4 da produção regional. Em termos de área colhida na Região é a terceira cultura em importância, com 38.068,5 ha na média do período em estudo. Em termos de rendimentos por unidade de área esta leguminosa, apesar de superar a média estadual, não apresentou nos últimos anos ganhos de produtividade. Quatro efeitos limitativos, entre outros, deram origem a isto: falta de adoção de processos racionais de cultivo; incidência de pragas e doenças; excessiva vulnerabilidade da cultura às condições climáticas; baixa produtividade das variedades existentes.

- o trigo por ser um dos elementos preponderantes na pauta das importações brasileiras, viu-se o governo na contingência de estimular a produção. Foram injetados recursos financeiros e criadas infra-estruturas que vieram a provocar uma reação na triticultura paranaense. Tanto que a Região Plano tem no trigo uma de suas principais lavouras, sendo que na média do período 1970/1973 esta ocupava a 3a. (terceira) posição em

valor da produção e a 2a. (segunda) em termos de área colhida e produção, dentre as culturas presentes na Região. A participação na produção estadual que em 1970 era de 21,2%, em 1973, caiu para 9,6%.

- o arroz em termos de volume de produção na Região assumiu a 3a. (terceira) posição no quadriênio 1970/1973 representando 6,3% da produção estadual, sendo que os municípios de Guarapuava e Laranjeiras do Sul, foram responsáveis por 2/3 da produção regional. O comportamento da rizicultura em relação ao Estado se deu da seguinte maneira: Em 1970 obteve ganhos de produtividade 10% superior a média estadual, para atingir um percentual de 29,5% maior do que a média estadual em 1973. Parecendo ser o processo migratório o fator que mais contribuiu para isto, visto que o grande contingente de gaúchos que se estabeleceu nesta Região trouxeram consigo a tradição agrícola.

- a batata-inglesa apesar de ser entre as culturas da região a que apresenta maior participação em termos de contribuição a produção estadual vem evidenciando, nos últimos anos, queda de produtividade, pois apesar da área colhida ter apresentado crescimento superior a média estadual, tal não ocorreu com a quantidade produzida. Isto devido ao nível tecnológico dos bataticultores da Região ser relativamente mais baixo que de outras partes do Estado.

Pecuária — Não obstante ser uma atividade tradicional dentro da Região Plano, a pecuária, contribuiu em 1970 com apenas 12% para formação da "renda" regional com 6,8% da "renda" gerada no Estado pela produção animal.

Dentre os municípios da Região é em Manoel Ribas que esta atividade possui maior peso, sendo que sua contribuição à "renda" municipal praticamente equipara-se a da agricultura.

No tocante a bovinocultura regional pode-se dizer que esta é insignificante se comparada com o Estado, tendo inclusive perdido em importância de 1970/1974 devido a intensifi-

cação do cultivo do binômio soja/trigo. Sendo que em termos quantitativos o município de Guarapuava possui o maior rebanho regional, concentrando cerca de pouco mais de 1/3 do rebanho da Região. Segundo técnicos ligados ao setor, a bovinocultura desta área apresenta baixas taxas de natalidade e produtividade - (kg/carne/ha/ano), quando comparada com a média estadual e em particular com a Região de pecuária dinâmica - Norte do Estado. Isto ao que parece reflete o baixo nível alimentar a que são submetidas as matrizes, menor precocidade do gado, linhagem do gado e incidência bastante alta de moléstias, principalmente a brucelose.

Em termos de participação na média estadual a suinocultura acha-se mais concentrada na Região do que a bovinocultura, representando aproximadamente 11% do efetivo paranaense.

Avicultura — Representava em 1970, apenas 10% do valor da produção animal da Região. Seu crescimento apesar de não significativo, 28% na década 1960/1970, foi superior à média estadual. A produção avícola acha-se concentrada em termos regionais, nos municípios de: Guarapuava, Prudentópolis e Pitanga e voltada ao autoconsumo e atendimento das necessidades locais.

No entanto, apresenta perspectivas promissoras dado ao crescimento do mercado, tanto local como de outras regiões como Ponta Grossa, Oeste do Estado com a construção de Itaipu e Curitiba, e também devido a abundância de insumos na Região.

Produtos de Origem Animal — Trata-se também de uma atividade marginal para a Região e voltada ao mercado local, tendo apresentado um declínio no decorrer da década 1960/1970.

Dentre as diversas atividades analisadas neste item, ao que parece é a produção de cera e mel de abelha que apresenta maiores perspectivas. Isto devido, principalmente, ao fato da agricultura apresentar grandes potencialidades em quase todos os municípios que compõem a Região Plana, exceção das partes Norte de Pitanga e Manoel Ribas que por se encontrarem acima do paralelo 24°30' mostram-se impróprias à atividade.

A agricultura é, de uma forma geral, considerada uma atividade de caráter secundário e, mantida esta sua função marginalista torna-se uma nova fonte de renda ao ruralista e em especial ao fruticultor. Este, empregando as abelhas como um importante veículo de polinização, usufrui de um melhor rendimento em sua atividade principal, ou seja, a fruticultura, e de forma subsidiária da agricultura, através da obtenção do mel e da cera.

Extrativa Vegetal — Até fins da década passada, constituía-se na atividade motora da Região, responsável inclusive pelo início do processo de industrialização que até hoje acha-se acentado sobre o setor madeireiro. Em 1970 dos 74% do valor da "renda interna" que era gerado pelo setor primário, cerca da metade era devido ao extrativismo vegetal. Atualmente esta atividade se equipara à agricultura em termos de valor da produção, porém, devido a seu caráter predatório e itinerante vem apresentando um decréscimo em toda a Região, exceção ao município de Quendas do Iguaçu responsável por mais de 90% do valor da produção extrativa vegetal regional.

Fruticultura — Apesar de não se ter feito menção quando da elaboração do diagnóstico do setor primário sobre esta atividade a nível regional, particularmente no tocante ao cultivo da maçã, pela simples carência de levantamentos estatísticos, faz-se mister alguns comentários acerca dessa promissora atividade.

O cultivo da maçã é uma nova frente econômica que está se abrindo na Região, principalmente no município de Guarapuava o qual já conta com projetos em implantação, utilizando tecnologia francesa, desde fins de 1973. Segundo técnicos ligados ao setor, o cultivo da maçã, realizado racionalmente, é um empreendimento de grande rentabilidade, com retornos de capital a partir do sexto ano. Além disso constitui-se num empreendimento de boas perspectivas, pois o mercado brasileiro computa um elevado aumento da produção; atualmente devemos produzir cerca de 25 mil toneladas, importando 200 mil toneladas.

Um programa voltado a fruticultura constitui-se de fundamental importância para a área, como criador de novas fontes de trabalho (emprega aproximadamente 5 trabalhadores por hectare) e também para a nação, pois significa economias de divisas sem acarretar problemas de balanço de pagamentos com os atuais fornecedores, uma vez que temos maior volume de importações que de exportações tanto com a Argentina, nosso maior fornecedor, como com os países europeus.

Comercialização de Produtos Primários — Em primeira comercialização constata-se que 66% do valor da produção primária regional constitui o consumo interno, 28% são destinados a outras regiões do Estado e apenas 5% ao resto do Brasil. Porém verifica-se que dos 66% comercializados na Região, 50% constituem-se em aquisições das atividades comerciais e como estas estão na dependência de decisões provenientes de outros Estados e até do exterior é de se supor que numa 2a. comercialização este percentual (5%) se eleve sobremaneira.

Do total das vendas de produtos primários na Região apenas 27% dirige-se ao setor de transformações, fato que demonstra a pequena integração primário-secundário, destes 24% certamente são provenientes das atividades extractivas pois são orientadas às indústrias da madeira e papel e papelão.

No que tange à dependência da Região, dos demais municípios do Estado, para movimentar as suas atividades econômicas esta foi relativamente pequena no ano de 1974 representando 15% do total das compras.

c) Análise da Estrutura Industrial da AMCOPAR

Para realizar a análise do setor secundário, utilizou-se dois enfoques metodológicos apresentados em apêndice; com os quais se pretende focalizar aspectos ligados a composição e mudanças da estrutura industrial, bem como o seu grau de diversificação e organização espacial, devendo ser tratado em caráter preferencial o "Complexo da Madeira".

Apreciação do Tecido Industrial da Região — Com este fim montou-se uma série de coeficientes que visam complementar aquela primeira identificação do desempenho do setor, dentro da abordagem das características fundamentais do sistema econômico regional, os quais acham-se resumidos abaixo:

- pelos coeficientes de Atratividade Industrial que é a Somatória do Emprego Industrial dividido pela População Total, pode-se avaliar a taxa de atratividade do tecido industrial da Região e do Estado, verificando-se pouca significação industrial na Região, 233 empregos industriais por 10.000 habitantes, assim como no Estado, 165 empregos industriais por 10.000 habitantes;

- pelos coeficientes de industrialização, os quais mostram o grau de concentração do emprego industrial com relação ao total regional ou Estadual, confirmou-se o baixo nível de industrialização tanto na Região como no próprio Estado;

- esse exíguo desenvolvimento industrial, tanto para a Região como para o Estado, foi melhor qualificado através dos coeficientes de participação relativa, que comparam as variáveis emprego, valor da produção e "valor adicionado" da Região em relação às do Estado. Os resultados mostram-se novamente limitados pois enquanto a Região confirma sua participação não significativa na geração do produto industrial do Estado, assim como no emprego e na "renda", não foi possível compará-la com as demais microrregiões do Estado para precisar qual a sua posição no contexto;

- se a comparação inter-regional não foi muito precisa, não ocorreu o mesmo com a comparação intra-regional, onde a participação relativa dos municípios em diversas variáveis do setor industrial, levantadas via censo de 1970 da Secretaria das Finanças, permitiram mostrar a participação relativa de cada um dos municípios que compõe a Região Plano. Assim verificou-se que o município de Guarapuava detém 50% do "valor adicionado" industrial da Região. Os outros municípios de importância relativa no tocante a produção industrial, foram Pitan-

ga, Pinhão e Laranjeiras do Sul que em conjunto detêm, aproximadamente, um terço do valor agregado pela indústria regional.

Indicador de Capitalização do Setor Industrial — Neste item deveria ser levantado o índice de capitalização do setor industrial, através da variável estoque de capital, porém na falta de estatísticas sobre o fator capital, utilizou-se os dados da Secretaria das Finanças do Estado, via Guias Informativas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICM, as quais fornecem apenas informações sobre fluxos, ou seja, Formação Bruta de Capital, para o ano de 1974.

Dadas estas restrições, apresenta-se algumas considerações abaixo relacionadas:

- os ramos industriais da Madeira e Papel e Papelão, que detêm cerca de 95% do valor adicionado pela indústria regional, foram os que mais investiram em 1974, representando, respectivamente, 67% e 26% do total dos investimentos regionais;

- verificou-se também que as inversões realizadas pelo ramo madeireiro são em aproximadamente 98% provenientes do próprio mercado nacional dos quais 59% referem-se a aquisições no próprio Estado. O mesmo já não ocorre com o ramo Papeleiro que apresenta uma maior dependência dos mercados nacional e externo, por se tratarem de equipamentos mais sofisticados;

- através do Indicador de Capitalização, que mostra por unidade de "valor adicionado" quanto foi reinvestido no ano tanto a nível regional como estadual, observou-se que dos dois ramos industriais principais da região, apenas Papel e Papelão apresentou um comportamento semelhante à média do Estado e que na Atividade Madeireira este indicador foi 58% menor que a nível estadual.

Comportamento Evolutivo do Setor Industrial — Ao se desejar investigar o comportamento das atividades industriais, sentiu-se a necessidade de utilizar uma classificação das mesmas em setores razoavelmente homogêneos, que facilitassem sua

compreensão, motivo pelo qual se adotou a classificação apresentada por CHENERY, que classificou os diferentes ramos industriais (2 dígitos) segundo a sua elasticidade de crescimento, em três grandes grupos:

Indústrias Tradicionais - produtos alimentares, bebidas, fumo, têxtil, couros e peles e similares, madeira e mobiliário;

Indústrias Intermediárias - vestuários, calçados e artefatos de tecidos, borracha, editorial e gráfica, minerais não metálicos e diversos;

Indústrias Modernas - metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte, papel e papelão, química, produtos farmacêuticos, produtos de perfumaria e matérias plásticas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a aplicação dessa classificação aos ramos industriais da Região Plano é apenas o título ilustrativo, haja visto que estes não identificam as mesmas conceituações internacionais ou até estadual.

1) Modificações Estruturais na Década 1960/1970

A partir das informações de número de pessoal ocupado, "valor adicionado" gerado pela produção e o número de estabelecimentos industriais procurou-se observar a participação do setor industrial apresentado por CHENERY. Dada a limitação encontrada no tocante a pessoal ocupado não foi possível a tabulação dos dados comparativos, uma vez que o censo de 1960 não proporciona informações desagregadas a nível de ramos industriais por municípios, além de número de estabelecimentos. Isto fez com que se apresentasse a composição estrutural da Região confrontada com o resto do Estado apenas para 1970 as quais resultaram nas observações abaixo:

- a elevada concentração no que diz respeito ao pessoal ocupado no setor industrial da Região no grupo dos tradicionais, 86% do total, decorrente da acentuada especialização na ativida-

de madeireira;

- evidenciou-se claramente as diferenciações das participações dos grupos intermediários e modernos, no tocante à pessoal ocupado. No primeiro grupo o resto do Estado apresenta uma participação quase 6 vezes superior a Região e praticamente o dobro no segundo (grupo moderno);

- na composição baseada no "valor adicionado", chega-se as mesmas ocorrências mencionadas nas alíneas anteriores, ainda que o grupo das intermediárias tenha diminuído sua participação em benefício do grupo das modernas, enquanto o grupo das tradicionais permanece bastante estável;

- tentou-se apreciar a evolução industrial por gêneros a nível de município e esbarrou-se num fator limitativo chamado desdobramentos municipais, os quais não permitem conhecer a evolução real do setor industrial, exceto para o município de Prudentópolis que não sofreu desdobramento e por isso a sua posição de destaque na década de 60, período no qual apresentou taxa de crescimento geométrica sensivelmente superior aos demais municípios da Região, e inclusive, ligeiramente superior a taxa média de crescimento do resto do Estado;

- no tocante ao número de estabelecimentos industriais - constatou-se que das 491 unidades existentes na Região em 1970, 78% constituem-se de indústrias classificadas como tradicionais, sendo que os dois outros grupos, intermediárias e modernas, possuem a mesma participação em torno de 10%.

Verifica-se também que a participação das indústrias modernas regionais praticamente se equivalem à participação das mesmas no restante do Estado, enquanto que as tradicionais são bem menos expressivas que a nível regional.

A nível municipal, Guarapuava detém 45% do parque industrial da Região Plano, constituindo-se a metade dos estabelecimentos instalados de indústrias modernas, em sua grande maioria estabelecimentos ligados ao gênero Papel e Papelão, destinados

ao fabrico de celulose e pasta mecânica. Apesar disto, Guarapuava foi o município que apresentou a menor taxa de crescimento-anual 2,1% ao ano na década.

Outrossim, para se ter uma visualização sobre o tamanho das firmas extratificou-se o número de estabelecimentos por valor de vendas, mostrando em termos percentuais a composição da Indústria Regional.

Verificou-se que as indústrias tradicionais, que representavam 89% do total do setor Regional, em 1965, constituiam-se em sua grande maioria de pequenas firmas, destas 77% apresentavam valor das vendas anuais inferior a 500 mil cruzeiros. Sendo de grande representatividade as empresas ligadas ao setor madeireiro, principalmente as serrarias e as de menor porte as ligadas aos ramos de Couros e Peles e Produtos Alimentares por se restringirem a uma primeira elaboração.

As indústrias classificadas como intermediárias e modernas, naquele ano, eram bastante inexpressivas, contava a Região com duas empresas de porte médio (valor das vendas entre Cr\$ 1.992.000,00 e Cr\$ 4.980.000,00) e uma de grande porte (valor das vendas entre Cr\$ 33.201.000,00 e Cr\$ 66.401.000,00) vinculada a fabricação de celulose e pasta mecânica.

Porém, em 1974 a estrutura da indústria regional sofreu sensível mudança, se não em termos quantitativos pelo menos qualitativos. As indústrias tradicionais perderam participação em favor das classificadas como intermediárias e modernas, estas últimas apresentaram acréscimos de participação em torno de 160%, sendo que nesta classificação surgiram alguns gêneros industriais como: Metalurgia, Mecânica, Materiais Elétricos e Comunicações, Materiais de Transporte e Produtos Farmacêuticos e Medicinais.

Outra mudança importante ocorrida na década se deu em relação as empresas tradicionais que em 1965 eram constituídas quase em sua totalidade de pequenas firmas (apenas 11% do total podiam ser enquadradas como de médio e grande porte) e, em

1974 passaram a representar 45% do total das firmas (vendas anuais superiores a Cr\$ 664.000,00).

2) Modificações Conjunturais - 1972/1974

Neste item parte-se para uma avaliação dos resultados do comportamento dos ramos industriais, para o período acima, a partir da aplicação do Método Estrutural-Diferencial, baseado nas informações, de "valor adicionado", fornecidas pela Secretaria das Finanças do Estado. Através deste verificou-se que a Região, no período em questão, não dispunha de empresas ligadas a produção e/ou beneficiamento final ou intermediário de gêneros como: Fumo, Produtos originários de Matéria-Plástica, A dubos e Fertilizantes e Óleos, constatou-se ainda que a indústria regional mostrou-se pelo mesmo teoricamente, com um certo dinamismo, já que todos os gêneros de que a Região dispunha, com exceção da Química, apresentaram sinais positivos na variação líquida diferencial-VLD.

Resolveu-se testar mais detalhadamente o comportamento estrutural da Região, a fim de dissipar as dúvidas surgidas com a constatação empírica de que ela se mostrava altamente dinâmica, isto foi possível através da participação do "valor adicionado" pelo setor industrial regional frente ao estadual e do "valor adicionado" pelos três setores na Região e no Estado. Os resultados, obtidos nesta verificação, permitem as seguintes observações:

- que apesar de alguns gêneros industriais terem crescido violentamente durante o período analisado, caso do Têxtil que cresceu em torno de 1.586%, somente o item Madeira, mesmo tendo um crescimento relativamente pequeno, mostrou-se como atividade de importância na Região, tendo contribuído com 6,7% para o crescimento do Estado;

- tornando-se a economia como um todo, verifica-se que é o crescimento do setor primário, com ligeira vantagem sobre o secundário, quem mais contribuiu a nível regional para que a taxa de crescimento da economia do Estado alcançasse os 127,9% sendo que desses, 6,2% devem-se à Região.

Complexo Industrial de Madeira — O "complexo", aqui denominado, refere-se ao conjunto de ramos industriais: Madeira, Mobiliário, Papel e Papelão e Editorial e Gráfica, os quais, tradicionalmente, mantêm entre si um certo grau de inter-relacionamento maior que com qualquer outro gênero industrial.

A abordagem deste "complexo" será feita através do "Método das Linhas de Produção", com o qual pretende-se proporcio-nar uma idéia mais precisa da composição e diversificação do tecido industrial. Esta análise deveria ser extendida às de-mais linhas de produção tais como: agroalimentares, de couro, têxtil, metal-mecânica e química, porém somente serão consideradas as linhas de produção da madeira e do papel e papelão, tendo em vista que ambas representam 90% do valor da produção industrial da Região Plano, no ano de 1974 e principalmente pela falta absoluta de dados secundários que pudessem retratar as demais linhas de produção.

O "complexo" industrial da madeira é formado por duas li-nhas de produção que têm origem na mesma matéria-prima (madei-ra bruta), que passa a constituir a linha de produção da madei-ra, finalizando o processo de transformação na indústria do mo-biliário e compondo também a linha de produção de papel-pape-lão, cujo processo de transformação, finaliza no ramo industrial de Editorial e Gráfica.

A organização econômica da linha de produção da madeira na Região, identifica a fraca integração existente na fase intermediária, ocorrendo uma fortíssima concentração na atividade de desdobramento da madeira localizada no primeiro estágio de transformação do produto. Isto ocorre também com a organização econômica do Resto do Estado, que mesmo apresentando. concentração na atividade primária de desdobramento é compensada no segundo estágio de transformação pela produção de compensados e pela fabricação de móveis nas atividades finais. Frisa-se que a representatividade do "complexo" industrial da madei-ra na Região Plano é em torno de 50% do valor da produção total para cada uma das atividades, e para o Estado se fundamenta numa representatividade da ordem de 5 a 10% do valor da produção, sendo as amostras provenientes, principalmente, das mi

corregiões de Curitiba, Médio Iguaçu e Extremo-Oeste.

A organização da linha de produção de papel e papelão, por sua vez, apresenta uma disposição interna estritamente linear, onde se percebe apenas a fabricação de Celulose e Pasta Mecânica feita fundamentalmente a partir da madeira bruta (96% da compra total de insumos) e a fabricação de Papel e Papelão a partir daquele produto semibruto. Note-se claramente na Região a ausência das atividades de transformação na estrutura produtiva da linha Papel-Papelão.

Merece destaque, nas atividades finais da linha de Papel e Papelão, as atividades de Impressão de Material Escolar, cuja compra de insumos daquela atividade representa 83%.

Os resultados comparativos da diversificação intrasetorial, do "complexo", madeireiro, foram calculados com base no valor adicionado gerado em cada estágio de produção, os quais permitiram chegar aos seguintes resultados:

- constatou-se uma elevada especialização intersetorial dos gêneros Madeira e Papel e Papelão, na Região Plana;

- verificou-se também uma grande especialização intrasetorial, (Desdobraamento, Compensados e Celulose e Pasta Mecânica), a ausência de uma série de atividades, o que se constitui num fator altamente limitante no efeito de indução e dinamismo da estrutura industrial.

Pode-se perceber a incipiente estrutura industrial da Região, que não possui requisitos para um desenvolvimento autônomo devido sua concentração em atividades tradicionais, caso por exemplo da madeira, ainda que exista reduzido número de indústrias madeireiras (Papel e Papelão), estas não desempenham um papel dinâmico, haja visto que o gênero na Região não passa de um processamento primário. Entretanto, na tentativa de se desejar promover a expansão do complexo industrial da madeira, procurou-se detectar os efeitos multiplicadores das atividades que compõem o complexo.

Desta análise resultaram como atividades mais dinâmicas no interior do complexo, por apresentarem os maiores multiplicadores, as atividades de: Outros Serviços Gráficos não Clas- sificados, Artigos Diversos de Madeira, Artefatos de Papel Não Associado à produção de papel, e Impressão de Material Esco- lar para uso industrial ou comercial, superando inclusive as atividades de móveis de madeira, vime e juncos, que mesmo cons- tituindo-se no ponto terminal de um processo de transformação mais longo, apresentam pouca diversificação.

Por fim pode-se considerar que a estrutura interna das linhas de produção da Madeira/Papel e Papelão da Região Plano ainda estão distantes de formar um conjunto inter-relacionado e interdependente que possa constituir um complexo.

Organização Espacial das Atividades Industriais — A fim de complementar o exame da estrutura produtiva da Região, aborda-se alguns aspectos ligados à distribuição espacial das atividades industriais, em específico o alcance geográfico dos diversos bens industriais produzidos na Região.

Assim utilizou-se uma nova classificação das atividades industriais, desta feita baseada na sua abrangência de merca- do, que segundo Tinbergen representa um ordenamento baseado nos conceitos de setores regionais, nacionais e internacionais. Considerando-se como setores internacionais todas as ativi- dades que produzem bens e serviços destinados ao exterior, como setores nacionais as atividades que enviam 50% do total das vendas para outros Estados (fixado a partir da dispersão das informações apresentadas), e como setores regionais e micror regionais (distinção não feita por falta de informações a es- se nível), as outras atividades restantes que tenham pelo me nos 1/3 de sua produção voltada para o mercado estadual esti- pulado também através da dispersão.

Adotada esta classificação obteve-se:

- que todos os setores internacionais pertencem ao gru- po das tradicionais;

- que nos setores nacionais encontrou-se 22% das atividades pertencentes ao grupo das tradicionais e 78% pertencentes ao grupo das modernas.

Ressalva-se que este ordenamento poderia proporcionar resultados de maior alcance, como a identificação preliminar das atividades mais atrativas, para a Região, assim como a avaliação do impacto decorrente da expansão da capacidade produtiva de uma atividade classificada no setor internacional nas outras atividades de âmbito nacional e regional. Porém o ordenamento aqui realizado não é suficiente para tal fim.

Por fim procurou-se identificar os mercados tanto de venda dos produtos como de compra de insumos da Região Plano, através do qual percebeu-se a grande influência dos outros Estados, que detêm 38% do destino da produção industrial e 12% do mercado abastecedor de insumos. Sendo que estes índices encontram-se mais acentuados nos grupos das atividades intermediárias, - 63% no destino da produção e no grupo das atividades modernas, 48% no que diz respeito a origem dos insumos.

Para-conclusão desta análise da organização espacial das atividades industriais, foi dado maior ênfase ao ramo industrial da Madeira e do Papel e Papelão, via dados adicionais provenientes do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico Fiscais-SINIEF, para o ano de 1974, cujos resultados expressam a declaração das firmas com "valor adicionado" maior ou igual a 1.200.000 cruzeiros anuais e uma representatividade em torno de 52% e 30% das vendas anuais da Madeira e do Papel-Papelão, respectivamente.

Processadas estas informações, verificou-se a predominância extrema de São Paulo no fluxo de bens industriais da Região Plano no contexto nacional. Aparecendo a Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) com uma participação razoável como mercado de insumos para a Região, não ocorrendo entretanto a mesma situação em relação a venda dos produtos, onde o atual Estado do Rio de Janeiro detém o segundo lugar, apesar de ter uma participação não muito significativa.

d) Análise das Atividades de Apoio

O setor terciário, dentre os setores econômicos, constitui-se naquele da mais difícil retratação e análise, pois conta com poucas fontes de dados sistemáticos e periódicos, tanto a nível estadual como até nacional. No entanto, os dados coletados e que serão apresentados no decorrer deste item, servem como indicativos das principais atividades do setor, mostrando, se bem que de maneira suscinta, a importância para a Região das atividades comerciais, movimentos bancários, turismo e atividades cooperativistas.

A participação do setor terciário é pequena, na atividade econômica da Região. Das 35.714 pessoas que compõem a população economicamente ativa da Região apenas 17,38% encontram-se diretamente vinculadas a este setor. Sendo que as atividades que agregam maior número de indivíduos são:

- prestação de serviços que participa com 5,67% do total da população economicamente ativa ligada ao setor terciário;
- comércio de mercadorias que participa com 3,66%; e
- atividades sociais com 2,76%.

Salientando-se que dos municípios que compõem a Região Plano, apenas Guarapuava possui, em termos de população economicamente ativa, diretamente ligada ao setor terciário uma participação acima da média da Região, com 32,64% do total da população vinculada as atividades econômicas.

Apoio Técnico e Financeiro (Extensão Rural e Sistema Bancário)— A assistência técnica dispensada aos agricultores e pecuaristas da Região Plano é feita por intermédio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA, além da Secretaria da Agricultura do Estado, que mantém equipes

de assessoria prestando assistência, enquanto que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL vem oferecendo os seus serviços de Eletrificação Rural aos solicitantes.

A Extensão Rural no Estado, bem como na Região é executada pela ACARPA. Este órgão, através do seu núcleo Regional, localizado em Guarapuava, desenvolve os seguintes programas:

- de Assistência Técnica e Extensão Rural; e
- de Crédito Rural.

Salienta-se que além da ACARPA; o Crédito Rural é também atendido pelo Banco do Brasil S.A., através de suas agências localizadas em Guarapuava e Laranjeiras do Sul via: CONCRED - Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural - e, CREAL - Carteira de Crédito Rural.

A Região é ainda atendida por uma grande rede de Bancos particulares, que representam um papel importantíssimo para tomada de capital de giro. Outrossim, estes estabelecimentos, juntamente com o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, formam o sistema financeiro do Estado que financiando as atividades econômicas da Região e do Estado, transformam-se nos principais agentes indutores da Expansão Econômica Regional e Estadual.

Observa-se assim, a existência de disponibilidade de recursos, tanto técnicos quanto financeiro, na Região. Se não são mais utilizados, um pouco deve-se a omissão ou falta de condições administrativas dos próprios empresários, principalmente aqueles empresários tradicionais do setor primário, por não possuirem informações suficientes ou ainda por se mostrarem resistentes em aceitar a evolução da estrutura técnica e econômica-financeira.

Intermediação-Prestação de Serviços — O município de Guarapuava se constitui no principal centro comercial da Regi

ão. Através do indicador "valor adicionado" pelo comércio "valor adicionado total", verifica-se que a estrutura produtiva da Região Plano se diferencia na média Estadual em mais de 10%.

Com o intuito de destacar as atividades responsáveis pela geração do "valor adicionado" regional, destacou-se, mesmo que de maneira sintética, o comércio inter-regional. Os principais produtos exportados pela Região para outras Regiões do Estado e mesmo para outros Estados são:

- madeiras (serradas e beneficiadas);
- milho, feijão, soja e erva mate.

Os principais produtos importados são:

- adubos e fertilizantes;
- ferragens;
- combustíveis e lubrificantes;
- açúcar e farinha de mandioca;
- tecidos e louças.

Cooperativas — A Região é servida pelas seguintes cooperativas: Cooperativa dos Produtores Rurais do Sul do Paraná - Ltda.; Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda.; Cooperativa Mista Agropecuária de Guarapuava Ltda.; Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda.; Cooperativa Agrícola de Cotia do Sul do Paraná Ltda.; Cooperativa Agrícola de Iratí Ltda. e Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul. Estas cooperativas quando não possuem sedes em um dos municípios da Região, estendem sua área ao mesmo, através de entrepostos.

Tem-se na Região, basicamente, duas estruturas cooperativistas bastante diferentes. As que surgiram das explorações do

gado leiteiro, e as que se fundamentaram na exploração de produtos tradicionais, como mate, batata inglesa e arroz. Sendo que as cooperativas desta Região vem diversificando sua atuação, mesmo possuindo estrutura antigas. Foram criadas, principalmente, com a finalidade de proporcionar um maior poder de barganha na comercialização de seus produtos agropecuários.

Apresenta-se a seguir a atuação das Cooperativas, no tocante à assistência aos cooperados.

Programa de Escolarização — O ensino formal só existe nas cooperativas das áreas de colonização alemã.

Assistência Médica, Dentária e Hospitalar — Com 100% de ônus apenas pela Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda.; com assistência direta, porém parcial a Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul; com atendimento através da Funrural ou INPS a Cooperativa de Produtores Rurais do Sul do Paraná e a Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul; atendimento através de Sindicatos Rurais a Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul.

Prestação de Serviços Técnicos - Sócio-Econômicos e Creditícios — Este é um item de grande importância dentro das atuações das Cooperativas; no entanto nenhuma delas prestam esse tipo de serviço diretamente, o fazem através de repasses de recursos dos agentes financeiros, como no caso das Cooperativas Agrária Mista de Entre Rios Ltda. e Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul; sendo que através do estudo "Cooperativas de Produção Agropecuária do Estado do Paraná-Diagnósticos e Análises", constata-se que foram atendidos 550 cooperados, mostrando que houve uma cobertura de 75% do total dos associados atuantes, em 1973.

Comercialização — As cooperativas atuam na comercialização tanto de insumos e bens de consumo para os associados como na comercialização de sua produção.

Os esquemas utilizados pelas cooperativas obedecem basicamente as seguintes normas:

- esquema de preço médio - o cooperado entrega a produção à cooperativa e recebe, em forma de adiantamento um valor que supostamente será obtido pelo produto, sendo que logo após a conclusão da comercialização, faz-se o acerto final, deduzindo as despesas;
- pode-se adotar também o preço do dia para lotes isolados, ou quando os produtos são financiados pela Comissão de Financiamento da Produção e devem ser comercializados paralelamente.

Potencial Turístico da Região — Na atualidade a Estância Hidromineral de Santa Clara, destaca-se como maior potencial turístico da Região apresentando os seguintes recursos:

- que sua proximidade com a BR-277 lhe dá condições para fortalecimento e desenvolvimento do turismo, através da formação de um eixo turístico, que a colocaria como roteiro turístico do Estado;
- as condições de ligações com Curitiba e Foz do Iguaçu, através de duas rodovias federais que colocam a estância num ponto aproximadamente intermediário, também são bastante favoráveis ao desenvolvimento do setor. Apesar de contar com problemas de acesso, pois a estrada que faz a ligação da BR-373 com a estância, aproximadamente 12,6 km, encontra-se em precário estado;
- no tocante a instalações, as condições de alojamento são boas, visto que existe no local da estância um complexo hotelero, capaz de garantir na estância o fluxo turístico. O hotel conta com uma capacidade instalada para atender, aproximadamente, 128 pessoas diárias, destinando-lhes variados servi-

ços.

No campo específico das atrações turísticas, pode-se distinguir em Santa Clara e nos seus arredores as abaixo listadas:

- atração referente as belezas naturais - Salto de "José Prodolan" situado a 4 km da estância; o "Salto dos Araujos" a uma distância aproximada de 6 km e o "Salto do Curucacá", com uma queda d'água de 80 m de altura, localizado aproximadamente a 40 km. Além dessas existem na Região outras fontes de água mineral, sendo a mais conhecida a de "São Francisco" que fica perto do local;

- na parte campestre as variações topográficas do solo proporcionam riquezas visuais, com grande potencial paisagístico em grande parte ainda inexplorada;

- na parte do complexo hoteleiro, encontra-se uma praça com a fonte, o hotel, as piscinas, os chalés e as casas de banhos.

Origem das Compras e Destino da Produção — Da análise levada a efeito sobre a composição do mercado regional pode se destacar os seguintes aspectos:

- que a grande dependência da Região em termos de compras para movimentar suas atividades provém do próprio Mercado Paranaense e talvez até Regional, (80% das compras do setor), visto que foi possível desagregar do mercado Estadual a própria Região;

- que as atividades ligadas a Serviços de Reparação e Manutenção utilizam cerca de 97% das compras do Mercado Estadual;

- quanto as compras do Mercado Nacional, pode-se observar a grande participação das importações do mercado paulista, principal polo Nacional;

- quanto a colocação dos produtos no mercado, vê-se novamente a grande vinculação com o mercado estadual que represen-

tava em média 94% das vendas do setor terciário Regional;

- que estas transações, referindo-se a la. comercialização, já apresentavam algumas vinculações com o Mercado Exterior, que certamente refere-se a produtos primários regionais exportáveis, via cooperativas.

2.2.3 - ANÁLISE DO ESPAÇO ECONÔMICO REGIONAL E SUA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS.

Para análise do espaço econômico regional foram adotados dois procedimentos:

a) Modelo de Fluxos

A abordagem e análise deste item segue basicamente os resultados obtidos pelo trabalho "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas" do Instituto Brasileiro de Geografia (IBG).

Os fluxos analisados foram:

- fluxos agrícolas;
- os vínculos relativos à distribuição de bens e serviços à economia;
- as prestações de serviços e distribuição de bens à população.

Como resultado obteve-se:

- como centro sub-regional - Guarapuava;
- como centros locais - Laranjeiras do Sul, Pitanga e Pudentópolis. Os dois primeiros polarizados por Guarapuava e o último por Irati;
- que Laranjeiras do Sul polariza Quedas do Iguaçu e Ptanga polariza Palmital e Manoel Ribas. Inácio Martins e Pinhão são polarizados por Guarapuava.

b) Hierarquia Funcional Urbana

O meio para a obtenção da hierarquização das cidades da Região foi o Método da Hierarquização Funcional, fundamentado conceitualmente na "Teoria do Lugar Central".

Para essa hierarquização na Região foram listadas 43 variáveis, as quais possibilitaram que se chegasse às seguintes conclusões:

- cidade de nível 1 - Guarapuava;
- cidade de nível 2 - Laranjeiras do Sul;
- cidade de nível 3 - Prudentópolis, Quedas do Iguaçu e Pitanga;
- cidade de nível 4 - Pinhão, Palmital, Manoel Ribas e Inácio Martins.

c) Infra-Estrutura Física

Neste item procurou-se visualizar a situação atual da Região no tocante a transporte (rodoviário e ferroviário), energia elétrica, saneamento, armazenagem e comunicações.

Aspectos da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário — Os transportes rodoviários constituem no principal tipo de transporte que atualmente integra externa e internamente a Região. Os principais grupos de estradas que servem a Região, a-cham-se apresentados a seguir:

- 5 rodovias Federais ligam os municípios da Região (BR-158, BR-277, BR-373, BR-466 e BR-487) sendo a BR-277 utilizada para escoamento da produção, em direção ao Porto de Paranaguá;
- 8 rodovias Estaduais atendem os municípios da Região (Pr-170, Pr-364, Pr-452, Pr-459, Pr-460, Pr-473 e Pr-484), sendo o município de Guarapuava o mais favorecido em termos de ligação rodoviária;

- as rodovias de ligação intermunicipal aparecem em maior número, são em geral precariamente mantidas e apresentam-se na forma de leito natural.

Aspectos da Infra-Estrutura de Transporte Ferroviário —

Na Região Plano somente dois municípios são atendidos pela Rede Ferroviária Federal S/A, Guarapuava e Inácio Martins. Porém está previsto a construção de dois ramais de grande importância para a Região: extensão da Ferrovia Paranaguá-Guarapuava, até Cascavel e a construção da ligação de Cascavel até Foz do Iguaçu.

Transporte aéreo — O município de Guarapuava conta com um aeroporto e os municípios de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul com campos de pouso.

Energia Elétrica — A Região Plano é atendida pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, sendo que nos municípios de Guarapuava e Prudentópolis, existe ainda outra empresa concessionária fornecendo energia. Os levantamentos feitos de 1970 a 1974 sobre o setor na Região, constatam os seguintes aspectos:

- a) Em 1970 a Região Plano representava 5,58% do número de consumidor do Estado, diminuindo este percentual para 2,26% em 1974, sendo que a maior participação nos dois anos cabe aos consumidores residenciais;
- b) o consumo energético por sua vez constituiria 2,32% do consumo estadual em 1970 e aumentou para 2,58% em 1974, cabendo a maior participação ao consumo industrial;
- c) em termos de consumo per-capita, a Região apresenta índices inferiores à média estadual numa proporção de 51,28% e 45,69%, nos anos de 1970 e 1974, respectivamente.

A Infra-Estrutura de Saneamento Básico — De modo bastante sumário, de acordo com a disponibilidade e os déficits da Região no que diz respeito a infra-estrutura de saneamento básico, resultam os seguintes aspectos:

- num quadro geral pouco satisfatório para o Estado, a Região Plano apresenta um baixo percentual de domicílios com instalações imprescindíveis ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inferior inclusive aos índices apresentados - pelo Estado, conforme dados do censo de 1970, o déficit regional no abastecimento de água, era de 92,8% (apenas 7,2% do total de domicílios contavam com este serviço); já com relação a instalações sanitárias o déficit é de 50,7%;
- existem definidos para a Região programas de abastecimento d'água, os quais atingirão cerca de 80% da população urbana em 1977, sendo que estes serão complementados com programas de esgotamento sanitário.

Serviços Telefônicos — Na Região o atendimento é feito pela TELEPAR-Companhia de Telecomunicações do Paraná, através de dois centros de trânsito, o primeiro em Iraty, que atende ao município de Prudentópolis e o segundo em Guarapuava, atendendo Laranjeiras do Sul, Pitanga e Inácio Martins. Os dados coletados e que mostram a evolução do atendimento e da demanda, de 1970 à 1975, da Região permitem constatar o seguinte:

- que em 1970 somente 3 municípios da Região eram atendidos por serviços telefônicos (Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Inácio Martins). Em 1975 a TELEPAR passou a atender 5 municípios (incluindo-se Prudentópolis e Pitanga);
- que o município de Guarapuava obteve o maior crescimento no atendimento, com uma taxa de 27,5%, passando de 547 terminais telefônicos disponíveis em 1970 para 1982 terminais em 1975. A relação telefone/habitante que em 1970 era de 1,36 para cada grupo de 100, passou em 1975 para 3,69, bem acima da densidade média do Estado que é de 1,38;

- que a demanda telefônica superava o atendimento (oferta) em 1782 terminais em 1970, e em 1433 terminais em 1975;

- que o nº de terminais de 1970 representava 2,1% do total existente no Estado, passando em 1975 a representar 2,7%.

Armazenagem — Os dados coletados referem-se a oferta de armazenamento da rede oficial-AGEF, CIBRAZEM, IBC, Cooperativas e COPASA (levantamento realizado em 1973). O comportamento apresentado pelos municípios da Região, no tocante a capacidade estática instalada era o seguinte:

- o município de Prudentópolis, contava com 0,19% da capacidade estática instalada no Estado. Deste total 50% estão diretamente ligados a CIBRAZEM, 43% às Cooperativas e 7% a particulares;

- a microrregião 290 (Campos de Guarapuava) participa com 2,05% da armazenagem estadual, sendo que 58% estavam ligados às Cooperativas, 39% a particulares e os 3% restantes entre CIBRAZEM e COPASA;

- para os municípios da microrregião 287 - (Pitanga) não se obteve dados sobre capacidade estática de armazenamento;

- pode-se verificar ainda que as maiores capacidades de armazenamento são das Cooperativas e particulares. Talvez pelos estímulos financeiros de baixo custo, destinados à ampliação do sistema de armazenagem das cooperativas e da grande expansão do setor privado.

Oferta e Demanda de Armazenamento — A oferta de armazenamento da Região resulta da somatória das redes de armazenamento dos órgãos oficiais, cooperativas e particulares. O montante de oferta em 1973, em termos absolutos, alcançava aproximadamente 176 mil toneladas estáticas. Para a formação da demanda de armazenagem utilizou-se a produção total armazenável, a granel e ensacados, para o mesmo ano, dos seguintes produtos: amendoim, arroz, feijão, milho, trigo e soja. Examinando-se a ofer-

ta e demanda de armazenamento para a Região, em 1973, destacam-se os seguintes aspectos:

- que em termos absolutos, a demanda excede a oferta em 159 mil toneladas;
- que a demanda por armazenagem a granel apresentava um déficit equivalente a 193 mil toneladas, sendo considerados fôrma dores da procura apenas o milho, a soja e o trigo;
- no balanço realizado entre a existência e os requerimentos de armazenagem a granel, constatou-se acentuadas deficiências em todos os municípios da Região, sendo que somente Inácio Martins apresentou superávit de armazenamento para graneis. Nos municípios de Prudentópolis, Pitanga, Palmital, Manoel Ribas, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Quedas do Iguaçu, ocorreram déficits de 100%.

2.2.4 - SÍNTESE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DA POPULAÇÃO

Caracteriza-se a Região por ter predominantemente produtores de bens primários restando a maior parte de sua população (79,20%) na zona rural.

Da população ocupada (78,26%) encontra-se no setor primário, principalmente na categoria de membros não remunerados (59,62%). A predominância de tal categoria indica uma ocupação de auto-sustentação, vinculada a pequenos estabelecimentos agrícolas.

Em termos históricos verifica-se o progressivo crescimento no número de pequenos estabelecimentos e igualmente no montante da população ocupada que compõe a categoria de membros não remunerados da família. No entanto, ainda não se revelam profundas mudanças na estrutura fundiária da região. Prevelece a concentração da terra formando grandes latifúndios e, mais atualmente, empresas rurais.

O aumento de pequenos estabelecimentos se faz com um reduzido incremento de área, implicando, portanto, no parcelamento dos estabelecimentos médios e dos próprios pequenos estabelecimentos.

As grandes propriedades não apresentaram e não têm apresentado condições de ocupar um contingente elevado de população em virtude do tipo de atividade predominante: pecuária e, mais recentemente, a soja. São portanto os pequenos estabelecimentos, produzindo numa economia de subsistência, os responsáveis pela ocupação e retenção da população na zona rural.

Os centros urbanos da região são pouco expressivos, com exceção de Guarapuava, oferecendo, portanto, reduzidas oportunidades de emprego. O setor madeireiro, maior responsável pelos empregos urbanos industriais, está nesta região, em declínio.

Para que se tenha uma visão mais totalizante da Região, a seguir apresentam-se dois aspectos de importância capital: saúde e educação.

Saúde — Analisou-se o setor saúde partindo da premissa de que o estado de saúde de uma população é determinado por suas condições sócios-econômicas.

Nesse sentido a condição de saúde assume um caráter estrutural de vida da pessoa por um lado e, por outro da capacidade e alcance da medicina preventiva e curativa.

Considerando a distribuição espacial em áreas urbanas e rurais, nota-se que esta última, pelas próprias características de sua área de localização, apresenta condições de saúde bem mais deficitária, se comparadas à primeira, ou comparadas com alguma situação ideal de saúde.

Na análise de saúde da Região Plano, tentou-se relacionar a oferta e a demanda de recursos, tanto físicos como humanos, mos-

trando os pontos de estrangulamento entre ambos e em alguns casos comparou-se ao Estado e com outras regiões semelhantes.

No que se relaciona aos recursos físicos constatou-se que em alguns casos a oferta não se apresenta deficitária, variando, no entanto, de município para município. Com exceção de alguns municípios menores, os outros possuem unidades hospitalares, consultórios médico e dentário, farmácias, alguns números de leitos hospitalares, embora não em número ideal.

O problema que a Região apresenta é quanto à oferta de recursos humanos. A Região apresenta número reduzidíssimo de médicos, sendo que em alguns municípios não há nenhum. Dentistas e farmacêuticos também são escassos na Região, e são vários os múnicipios que não os possuem, mesmo tendo consultórios e farmácias montadas, estas normalmente são exploradas por não profissionais. Enfermeiros e parteiras, também não chegam a atender a demanda. No caso das parteiras, é costume a utilização de não especializadas, sabendo-se dos riscos que se correm por tal utililização.

Os serviços técnicos, como nutrição e dietética, laboratórios, fisioterapia, radiologia e outros, também se apresentam deficitários, além de se encontrarem não organizados, pois não contam com espaço próprio, pessoal especializado e equipamentos adéquados.

Quanto aos serviços de saúde pública, a mais beneficiada é a microrregião 23.

Os recursos financeiros aplicados em saúde na Região, provém de uma porcentagem do orçamento municipal, sendo que esta despesa municipal per-capita é de 1,1% para microrregião 20, e de 0,8% para a 23, bem abaixo da percentagem do Estado que é de 3,2%.

Ressalta-se os serviços do Funrural, o que muito representa para a Região, por ter a maior parte de sua população na área rural.

Diante do exposto, concluimos que na Região, a oferta não se encontra apta a atender a demanda, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Educação — A Educação é entendida neste trabalho como reflexo das condições econômicas e sociais e consequentemente como resultado das exigências do sistema econômico e da população nele inserida.

Dessa forma, na região em estudo, as crescentes necessidades em relação à educação vem configurando esta área de atendimento como problemática. Isto porque o balanço entre oferta e demanda está cada vez mais desigual, refletindo um atendimento muito precário.

A maioria do pessoal docente sem qualificação está na zona rural. No entanto, nas zonas urbanas eles chegam a 17,12%, significando um percentual alto, retratando, de certa forma, a precariedade destes centros urbanos.

A oferta educacional está basicamente assentada sobre o ensino de 1º grau, existindo o 2º grau em apenas quatro municípios desta região. Ainda em termos de oferta do sistema educacional, pode-se dizer que a defazagem entre a população em idade escolar e aqueles que efetivamente estudam é muito grande principalmente nas zonas rurais. A precariedade do ensino nas zonas rurais reflete-se também nos baixos coeficientes de escolarização, bem como na baixa taxa de incremento dos estudantes para esta zona.

A esta situação do sistema de ensino agregam-se outros problemas como a precariedade dos recursos físicos, as dificuldades de acesso às unidades de ensino pela falta de estradas e transporte, o baixo nível educacional, a evasão escolar. No entanto, segundo informação das administrações municipais desta região, o problema crucial na área de educação está na falta de pessoal docente qualificado, e em alguns municípios, mesmo de pessoal sem formação pedagógica, principalmente no que toca às áreas rurais.

1.2.5 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA AMCOPAR

A AMCOPAR é composta pelos municípios de Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Pitanga, Palmital, Quedas do Iguaçu,

Manoel Ribas, Inácio Martins e Prudentópolis.

De acordo com o Estatuto, ela mostra a seguinte organização:

- 1 - Assembléia Geral
- 2 - Diretoria Executiva
 - Secretaria Administrativa
 - Secretaria Técnica
- 3 - Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral é seu órgão soberano, a Diretoria Executiva, seu órgão administrativo e o Conselho Fiscal, seu órgão policiador.

Sua situação atual não corresponde com o idealmente proposto pelo Estatuto, pois não possui ainda, ao que parece o Regimento Interno e nem Secretaria Técnica. O desinteresse é tanto, que a última reunião mensal, que se realizaria em Quedas do Iguaçu, não foi efetivada por falta de "quórum".

A grande maioria dos prefeitos municipais consideram a Associação uma decepção e explicam como causas pelo fracasso a falta de identidade entre os municípios e as grandes distâncias entre eles, entre outros.

Com respeito as prestações de contas dos municípios conclui-se que esses são extremamente dependentes das receitas oriundas de transferências correntes e de capital, ao passo que as despesas de custeio são as que mais oneram os orçamentos municipais.

2.3 - RECOMENDAÇÕES

2.3.1 - PROPOSIÇÕES PARA PROGRAMAS LIGADOS AO SETOR PRIMÁRIO

a) Proposições para um Programa de Desenvolvimento da Agricultura

Apesar do setor agrícola, principal atividade econômica regional, encontrar-se bastante desenvolvido na Região com uma agricultura tecnificada de mercado baseada na soja e trigo, contando com um parque de máquinas agrícolas bastante considerável, concentrado, principalmente, no Distrito de Entre Rios, tal não quer significar que o setor não necessite de auxílio das autoridades estaduais através de uma efetiva assistência técnica que lhe forneceria informações sobre os métodos e técnicas mais adequadas a realidade regional, integrado a um sistema de crédito rural adequado.

Assim propõe-se algumas medidas para dar a algumas culturas assentadas na Região um desenvolvimento mais acelerado:

- pesquisas ligadas a ecologia vegetal, tais como: aclimatação de espécie; seleção varietal; competição de variedades; melhoramento genético, etc.;

- pesquisas edafológicas com o fito de verificar níveis e adubação e calagem, carência de micronutrientes e capacidade de uso dos solos.

Estas pesquisas deveriam ser desenvolvidas prioritariamente para as culturas do feijão, que nos últimos anos não tem apresentado ganhos de produtividade, do trigo, o qual tem manifestação

do decréscimo na área colhida, e da batata-inglesa, também com decréscimos de rendimento.

Outrossim, estudos desse gênero devem ser levados a efeito também para a cultura do milho que, embora plantado em todos os municípios da Região, apresenta uma produtividade acima da média estadual em apenas alguns deles. O desenvolvimento desse cultivo é importante para a Região pois está aliado ao desenvolvimento da suinocultura e da avicultura, que são objetos de recomendações específicas.

Em termos de um melhoramento da atual estrutura produtiva regional propõe -se um programa de modernização do setor agrícola, estimulando o uso adequado do crédito rural e incentivando ainda mais o uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, mecanizações, sementes e mudas selecionadas), pois a pesar dos bons índices regionais estes acham-se bastante concentrados.

A forma de implementação dessas sugestões seria através de convênios entre a Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná-AMCOPAR e os demais agentes (ACARPA/Secretaria da Agricultura, rede bancária, etc.), nos quais a participação da iniciativa privada poderá ser tanto através de produtores individuais como de cooperativas e/ou associação de produtores.

b) Proposições para um Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura

Das conclusões que se pode tirar da diagnose apresentada sobre esta atividade, as possíveis recomendações que podem ser formuladas para incremento da produtividade e expansão do rebanho bovino acham-se arroladas abaixo:

- intensificação das campanhas de sanidade animal com o fito de minimizar os impactos econômicos negativos ocasionados pelas doenças, em particular a brucelose. Com este fim poderia ser aproveitada a infra-estrutura técnica operacional im

plantada pelo Grupo Executivo de Controle da Febre-Aftosa-GECO FA/PR;

- melhoria do nível alimentar e adequado manejo dos animais, para isto seria necessário: assistência técnica, via extensão rural, que poderia ser atingida através da ACARPA; sementes de leguminosas, suprimento de fósforos para adubação e facilidade de crédito para áreas e aguados, para implementação dessas recomendações existem recursos do Banco Central através do PRONAP-Programa Nacional de Pastagens;

- melhoramento zootécnico do rebanho, através de mestiçagem afim de obter animais mais produtivos e geneticamente estáveis;

- expansão do rebanho bovino, via ocupação de terras ociosas ou pela substituição de culturas em terras de baixa fertilidade, por pastagens;

Outrossim, dado aos fatores climáticos, como o inverno rigoroso que assola a Região causando grandes prejuízos com a perda de peso nestes períodos, recomenda-se que as autoridades estaduais dêem todo apoio à criação de novilho precoce bem como às feiras do bezerro, que vem se realizando na Região, mais precisamente no município de Guarapuava, que sem dúvida constitui-se num dos programas mais inteligentes para desenvolvimento da pecuária regional.

c) Proposições para um Programa de Desenvolvimento da Suinocultura

Para esta atividade que, apesar de pulverizada nas mãos de pequenos produtores, apresenta uma maior concentração regional do que a bovinocultura, as recomendações são no sentido de uma maior expansão do setor haja visto que a Região apresenta boas condições para o desenvolvimento dessa atividade de maneira a tornar-se fornecedora de um mercado mais amplo.

Assim recomenda-se:

- programas de melhoramento genético dos suínos através de cruzamentos orientados de raças selecionadas com vistas ao aumento da taxa de fertilidade das matrizes;
- ampliação da assistência técnica ao produtor, através da ACARPA, afim de dar suporte aos programas de sanidade, alimentação, manejo e técnicas de produção com o fito de aumentar a taxa de desfrute e precocidade do rebanho suíno.

A implementação dessas recomendações poderiam ser levas a cabo através de convênios entre a Associação dos Municípios-AMCOPAR, que seria encarregada da promoção e coordenação e a ACARPA/Secretaria da Agricultura bem como com a rede bacária para o devido apoio financeiro.

d) Proposições para um Programa de Desenvolvimento da Avicultura

A implantação de um programa de desenvolvimento do setor, com emprego racional de métodos e equipamentos modernos, poderá torná-lo altamente rentável. Como trata-se de um programa voltado para pequenos produtores, sugere-se inicialmente a criação de pequenos módulos e que estes produtores estejam vinculados a uma cooperativa para melhor comercialização da produção. Um módulo de três mil frangos dará uma produção de cerca de 18 mil frangos anuais, e exige um investimento inicial de, aproximadamente, Cr\$ 55.000,00 (Cr\$ 45.000,00 em instalações e Cr\$ 10.500,00 em equipamentos) com um retorno anual, estimado, de 65% sobre o investimento.*

Para implementação desse programa a AMCOPAR deverá mater gestões junto as cooperativas da área, ACARPA e rede bacária, para definir as metas e estabelecer as programações específicas.

* Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja Ltda-FECOTRIGO-Revista Agricultura e Cooperativismo. Porto Alegre, Julho 1976. Ano 1, nº 2. p. 24.

e) Proposta para um Programa de Desenvolvimento da Apicultura

A apicultura é uma atividade que não requer um investimento de vulto. Necessita, isto sim, de um certo traquejo no manuseio das abelhas, dado sua agressividade, principalmente das africanizadas, as grandes responsáveis por um certo desestímulo à esta atividade. Já existe, entretanto, inclusive na Região, programas de treinamento apícola.

Um fator que pode ser limitante ao bom desenvolvimento da apicultura na Região, é a comercialização do mel, pois existem empresas registradas como beneficiadoras de mel natural, que costumam misturar à matéria prima, grandes quantidades de outros produtos tais como o melaço e a glicose de milho. Esse fato pode ser convenientemente superado pela formação de uma Cooperativa bem organizada que também atue sobre a comercialização e industrialização do produto.

Assim propõe-se que a Associação dos Municípios-AMCOPAR, mantenha gestões junto a ACARPA no sentido de intensificar as campanhas de treinamento aos apicultores potenciais, bem como que estude junto a estes elementos a constituição da cooperativa.

f) Proposições para um Programa de Desenvolvimento da Fruticultura

Como Guarapuava já conta com experiências, ao que parece bastante otimistas nesta atividade e possui inclusive um programa municipal de desenvolvimento da fruticultura, a municipalidade juntamente com a Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná-AMCOPAR, poderiam se constituir nos principais agentes na promoção e coordenação do programa.

Para apoio técnico o Programa poderia contar com assistência da ACARPA/Secretaria da Agricultura, via escritórios regionais, que inclusive já possui especialistas atendendo esta cultura.

Os recursos financeiros para implementação do programa poderiam advir da rede bancária ou através dos incentivos fiscais ao reflorestamento com frutíferas previstos na Lei 5.106 e no Decreto 1.134 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento-Florestal-IBDF.

g) Proposições para um Programa de Reflorestamento

Tendo em vista a grande necessidade que possui os dois grupos Industriais mais importantes da Região Plano: O Madeireiro e o do Papel e Papelão, na utilização da matéria prima florestal, aqui se fazem algumas sugestões de caráter geral, as quais reforçam aquelas de origem setorial, dirigindo-se a alguns pontos considerados de importância.

Uma das sugestões no aspecto da utilização dos Incentivos Fiscais no reflorestamento é a indicação que estes reflorestamentos deverão ser realizados com espécies do gênero "Pinus e Araucária Angustifolia" cuja industrialização vem atender as características de economia da Região, além de que estas espécies permitem uma certa rotatividade. O primeiro num período de 20 a 30 anos, torna-se viavelmente econômico para a exploração pela indústria Madeireira, e em torno de 7 anos para sua utilização como matéria prima para celulose, enquanto que a araucária só após 40 anos, aproximadamente, é que se torna adequada para a indústria madeireira.

Sugere-se ainda a realização de estudos com o propósito de determinar formas de aproveitamento industrial para a madeira de pior qualidade, as quais resultam do reflorestamento, fator que impediria o fechamento ou a mudança das atuais empresas localizadas na Região.

Como atitude necessária para que haja uma distribuição equilibrada da cobertura florestal, o Estado deveria estender seus planos visando atingir o proprietário rural, que deveria manter o mínimo de 5% de sua propriedade com cobertura flores

tal, através de assistência do Estado, tanto de fomento, como financiamento, com administração e fiscalização a nível de Região. Tal procedimento a longo prazo resultaria em um equilíbrio, não só econômico como ecológico, tão necessário.

Recomenda-se que a AMCOPAR realize contatos com o IBDF e o INCRA, visando ativar o projeto padrão que destina-se a estimular a implantação do distrito florestal no eixo Palmas-Guarapuava, reforçando as recomendações do trabalho "Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná-sub-programa Matéria-Prima". Tal medida enquadra-se perfeitamente nos objetivos do governo Federal, expresso claramente no Programa Nacional de Papel e Celulose, contribuindo também para a efetivação do Programa Especial de Exportação. Por outro lado esta região foi considerada, por peritos florestais nacionais e estrangeiros como uma das melhores regiões para a produção de matéria-prima para Celulose, encontrando-se a mesma relegada a segundo plano, pela falta de incentivos, e por isso sendo carente de uma estrutura adequada para aproveitamento da matéria prima existente e pela inadequada utilização do solo.

2.3.2 - PROPOSIÇÕES PARA UM PROGRAMA DE EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL

O diagnóstico do setor industrial da Região Plano evidenciou claramente a extrema vulnerabilidade deste setor, constituído basicamente pelas Linhas de Produção da Madeira e Papel e Papelão (pouco mais de 90%), e, no contexto desta, uma especialização acentuada na atividade de desdobramento, a qual além de ser uma atividade de beneficiamento primário, destina quase toda a produção ao exterior da região resultando consequentemente num ínfimo retorno à Região, seja em termos de produção, venida ou emprego.

Considerando o parágrafo anterior, e levando em conta que a exploração tradicional predatória vem sendo substituída por um moderno sistema de reflorestamento que encontra na região

uma área propícia para seu desenvolvimento, corroborado pelo recente estudo que visa a implantação do Distrito Florestal*, seguem algumas sugestões para a promoção da atividade industrial.

Complexo Industrial da Madeira — Sugere-se que a Associação dos Municípios providencie a realização de um estudo complementar que aprofunde a análise do setor madeireiro da Região, cujo objetivo básico deve constituir por um lado, auxiliar as autoridades competentes na implantação do Distrito Florestal, e por outro, o desenvolvimento de perfis ou projetos industriais das atividades que permitiriam maior efeito multiplicador a integração das linhas de produção da Madeira e Papel-Papelão, que se efetivado poderia constituir um Complexo Industrial.

A constituição de um complexo que integre as atividades de reflorestamento e a produção industrial da madeira (não apenas de um simples beneficiamento) proporcionará a Região retornos que permitam compensar o esgotamento dos recursos naturais que vem se verificando.

No mesmo estudo deverá ser abordado a formulação de uma política de promoção industrial para a Região que defina os subsídios e incentivos que podem ser oferecidos pela própria Associação, assim como da identificação de outros incentivos que podem ser reivindicados junto ao governo estadual e federal, haja visto que essas medidas vem de encontro aos objetivos explícitos de ambos os governos.

Agroindústria — Uma outra perspectiva de promoção industrial se encontra na expansão e diversificação da agroindústria regional visando também um maior processamento dos produtos agropecuários, base principal da renda regional.

Com esta finalidade se propõe seja complementado o programa integrado de reflorestamento (que inclui o reflorestamento com fruticultura) com um outro programa de industrialização de frutos, para o qual já se conta com um bom potencial na produção de maçã, a partir do qual pode ser obtido diversos produtos

* PARANÁ. Secretaria da Indústria e do Comércio. Distrito Florestal. Curitiba, 1975. 1. v.

tais como suco, purê, sidra e vinagre.

Aqui também se propõe a realização de um estudo de pré-viabilidade que identifique claramente as vantagens locacionais que a Região possui, e através desta se lança na atração de novos grupos empresariais.

Outra atividade potencial de extrema importância se constitui a exploração industrial da soja, produto agrícola da maior relevância na Região, e onde existem apenas meros entre postos comerciais dos principais grupos que beneficiam a soja no Paraná. Desta forma, propõe-se sejam verificadas as possibilidades de implantação de unidades de processamento, que embora se reconheça a limitação proveniente da proximidade do parque de Ponta Grossa - detentor de uma complexa infra-estrutura de exploração da soja - existem diversos outros derivados industrial como a produção de gordura hidrogenada, margarina, a proteína concentrada, dentre outros, produções essas com as quais a Região poderá iniciar a constituição de um "complexo agroindustrial". Uma concepção preliminar da operacionalização desse evento talvez possa ser obtido através da ampliação das atuais funções das cooperativas atingindo um nível de processamento industrial, fato este que apresenta algumas restrições, mas que tudo indica que valeria a pena verificar a sua efetiva viabilidade.

Na tentativa de expandir o "complexo" retro-mencionado sugere-se ainda, sejam ultimados os estudos que permitam a implantação de unidades industriais processadoras dos produtos da pecuária regional. Neste sentido verifica-se numa primeira aproximação a viabilidade de um frigorífico ambivalente (para bovinos e suínos) que talvez possa aumentar sua contabilidade realizando uma integração vertical com uma processadora de rações juntamente com a produção intensiva de aves (já mencionado).

Quanto a implantação de um frigorífico foi verificado - que o Estado do Paraná, comporta conforme estudo elaborado pelo IPARDES, duas novas unidades suinícidas, haja visto a incapacidade de absorção da produção industrializável futura, pe-

tas empresas ora em operação, bem como pela crescente tendência, por parte dos criadores, na tecnificação da atividade. Estas unidades, caso fossem também dimensionadas para o abate de bovinos, viriam sustar o comportamento do fluxo emigratório de gado em pé, principalmente para São Paulo e Santa Catarina que presentemente se verifica.

A localização de um desses frigoríficos em Guarapuava, integrado ao de bovinos, encontraria amplo respaldo por parte dos criadores da Região, além de atender em caráter marginal, os da Região Oeste, que são altamente tecnificados e de alguns bolsões da Região Sudoeste onde esta atividade ainda apresenta alguns caracteres de marginalidade, porém, já com algumas nuances de tecnificação.

Este frigorífico ambivalente, não só seria de interesse para a Região, pois é uma das atividades que mais agrega valor, como o seria para o Estado, pois cercearia de certa forma, a evasão de renda que se verifica pela saída do gado em pé para ser abatido e processado em outros Estados da federação.

Quanto a unidade processadora de rações, a Região, dado ao fato de ser grande produtora do milho e apresentar potencialidades para um frigorífico integrado bovino-suíno, seria produtora dos principais insumos básicos que entram na composição da ração, que, em função do frigorífico já proposto, encontraria mercado para seu produto.

Sua localização deveria ser em Guarapuava quando não integrada ao próprio frigorífico. Esta integração industrial criaria as condições necessárias para um desenvolvimento em futuro próximo, da atividade avícola regional.

Industrialização da maçã — O programa proposto de apoio a fruticultura pode abrir perspectivas para implantação de um parque agroindustrial visando o aproveitamento da maçã. Suco, purê, sidra, vinagre e diversos outros produtos podem ser obtidos através deste fruto. Como a implantação de indústrias de beneficiamento implicaria em vultuosos investimentos, envolven-

do em consequência grandes riscos, recomenda-se a realização de pesquisas visando a identificação de oportunidades de investimentos. Tais pesquisas, na ausência de uma política estadual de localização industrial, devem partir do exame das possibilidades de industrialização das matérias primas para as quais a Região detém reconhecido potencial de produção, caso típico da maçã.

2.3.3 - PROPOSIÇÕES PARA PROGRAMAS LIGADOS À INFRA-ESTRUTURA

a) Proposição para um Programa Rodoviário

As proposições que se farão a seguir se constituem apenas num reforço daquelas metas já contidas nos planos rodoviários estadual - 1974, e que de certa forma trazem benefícios à Região Plano.

Construção e Pavimentação da BR-487 que liga Ponta Grossa, na BR-373, a Pontal do Tigre na divisa com Mato Grosso.

Esta rodovia atravessaria os municípios de Manoel Ribas e Distrito de Bela Vista no Município de Pitanga.

A razão de ser desta rodovia está na integração que proporcionará às regiões por ela atravessadas, com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá facilitando, também, a conexão entre o Paraná e o Sul do Mato Grosso.

Construção de Rodovias Municipais e Vicinais, em 2 zonas de tráfego que ligariam e atravessariam os municípios Pitanga-Manoel Ribas, Manoel Ribas-Ivaiporã e o Trecho Pitanga-Ivaiporã.

Estas rodovias de grande importância para o Desenvolvimento Regional, com grande volume de tráfego, propiciam ainda a ligação a Rodovia que demanda do Norte do Paraná e São Paulo (Ivaiporã) e em Pitanga com a Rodovia que demanda de Curitiba e Paranaguá (BR-277). Estas Rodovias escoariam os principais

produtos da região em direção aos centros consumidores e principalmente na direção do Porto de Paranaguá.

Construção e Pavimentação dos trechos Guarapuava-Foz do Areia e conclusão do trecho Guarapuava-Rio Bonito - Iretama-Pitanga.

As quais são de alta relevância tanto para a Economia Estadual como Regional.

Ações Necessárias Propostas — Deve-se promover a conscientização dos poderes municipais e do órgão Estadual, responsáveis pelo setor, da necessidade de implementação dos programas rodoviários preconizados e complementação do sistema principal da Região. A implantação efetiva deste sistema principal viria responder, primeiro, as necessidades de conexão interna da Região com os municípios, permitindo reforçar sua estrutura interna, no sentido de desempenhar o papel que lhe cabe na Economia do Estado.

No que diz respeito ainda às estradas municipais e vicinais, sua importância fundamenta-se no escoamento da produção agrícola, na modernização dos meios de produção na esfera rural e na ligação das sedes municipais aos diversos distritos e vilas, ampliando assim o raio de ação efetiva das administrações locais. Como a conservação dessas estradas é objeto das prefeituras municipais estas deverão ser induzidas a manter contratos de cooperação intermunicipais, os quais poderiam ser supervisionados pela AMCOPAR, de forma a mobilizar os equipamentos e recursos necessários.

Algumas das vantagens que poderiam resultar da efetivação desses contratos seriam:

- substanciais economias de escala no tocante a aquisição e manutenção de veículos e máquinas rodoviárias;
- melhores condições para a obtenção de financiamentos externos;

- redução substancial de gastos em equipamentos/hora provocados pela alta produtividade e rotatividade dos equipamentos.

Com respeito aos custos relativos às estradas municipais e vicinais estes deveriam ser assim distribuídos: o custo de implantação do programa deveria recair sobre o Estado, devendo as prefeituras Municipais colaborarem com equipamentos e mão-de-obra, sendo rateado os custos entre os municípios participantes dos contratos de participação em proporção ao valor de trabalhos realizados.

Esta união dos esforços Municipais abriria novas perspectivas de cooperação e intensificação das relações de troca entre os Municípios, colaborando para a solidificação regional.

Como proposição destacaríamos ainda, a abertura de uma estrada ligando Quedas do Iguaçu e Catanduvas, 27 km, a qual passaria por uma região de agricultura desenvolvida, beneficiaria cerca de 1.000 famílias de grandes e pequenos agricultores, proporcionando-lhes maiores condições de escoamento da produção.

b) Proposições para um Programa Ferroviário

Todos os trechos ferroviários previstos para a Região, são de fundamental importância, por possibilitarem o transporte de grandes quantidades de granéis a um custo menor.

É preciso, entretanto, que se mobilize esforços e recursos para melhoria das condições hoje existentes, seja no tocante ao material rodante e terminais ou no que diz respeito às linhas hoje instaladas tendo em vista o escoamento da produção da Região, em direção aos Centros de Consumo e em direção ao Porto de Paranaguá.

Principais Ramais Prioritários à Região:

- Construção dos Ramais de Guarapuava a Foz do Iguaçu e Cascavel, passando por Laranjeiras do Sul que atualmente não é servida por ramal ferroviário e ligação Engº Gutierrez a Engº Bley;

- Melhoramentos no trecho Guarapuava-Engº Gutierrez

As proposições quanto ao sistema ferroviário, como se verifica, apenas reforçam as prioridades da programação governamental, já estabelecidas, mesmo porque os custos de implantação destes investimentos são elevados e quaisquer proposições exigem estudos minuciosos de volume de tráfego e de viabilidade econômica.

c) Recomendações no tocante a serviços de Energia Elétrica

Conforme já se destacou, os programas de desenvolvimento do setor de energia elétrica, são de competência da Companhia Panaense de Energia Elétrica - COPEL, salienta-se que estes programas já se encontram delineados e em pleno andamento através dos próprios planos desta Companhia. Julga-se que o desempenho desta Companhia, vem correspondendo às necessidades da Região em estudo. Evidentemente, que existe deficiências que deverão ser sanadas através das ações recíprocas da COPEL e dos municípios. Aos municípios cabe a tarefa de reivindicar a inclusão e readaptação dos programas em andamento, caso se torne necessário.

O que teria a se propor é que a AMCOPAR, acompanha mais de perto a evolução dos planos setoriais desta Companhia, encaminhando sugestões e reivindicações dos municípios da Região, sejam das isoladas ou em conjunto.

Como prioridade ainda neste setor, dever-se-ia fazer gestões junto a COPEL, para elaboração de estudos de viabilidade para um plano de Eletrificação Rural. Cabendo uma maior participação a AMCOPAR, no que diz respeito a formação de grupos interessados, a fim de viabilizar o empreendimento, sob forma de cooperativas.

d) Proposições para um Programa de Saneamento

Constatou-se a precariedade de saneamento básico, na Região Plano. Entretanto não se pode propor soluções unificadas, sem se considerar os problemas que tem cada município em particular.

Em caráter de prioridade deveria ser solicitada a ativação dos programas de abastecimento de água e implantação e tratamento de esgotos sanitários, através do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) e segundo as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e canalização através da Cia. de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Deveria ser dado maior ênfase, a fim de que fosse intensificado o esforço para a incorporação dos sistemas isolados, tendo em vista a economia de escala que proporcionaria a centralização destes sistemas.

Como medida necessária, a AMCOPAR deveria reivindicar a extensão dos benefícios de saneamento às zonas rurais, onde se pretende conter a migração campo-cidade, que contribuiria para reativar a agricultura da Região.

Torna-se necessário ainda que a AMCOPAR, sensibiliza as autoridades municipais para a importância e significado da solução dos problemas de saneamento básico, o que poderá ser conseguido por meio de promoções diversas de esclarecimento geral como: palestras, campanhas, etc.

Simultaneamente a AMCOPAR, deveria colocar-se em contato com a SANEPAR e com os demais órgãos Estaduais e Federais ligados ao setor, visando orientar-se para a Elaboração de estudos de viabilidade tendo em vista às implantações de seus sistemas de abastecimento de água ou ampliação dos existentes bem como a conclusão a curto prazo dos estudos em andamento.

As necessidades de um serviço adequado de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos são crescentes à medida em que o grau de urbanização se eleva, tornando-se num dos mais eficientes meios para se eliminar as fontes de moléstias transmissíveis. O correto atendimento de tais necessidades traria de imediato duas consequências: primeiramente, a melhoria do grau de saúde da população, o que implica melhores condições de vida e de trabalho, influindo decisivamente na produtividade. E, em segundo lugar, o alívio dado ao setor de saúde pública quanto a utilização de seu equipamento, pela queda de ocorrências de moléstias provocadas pelo uso de águas poluídas, principalmente

na população infantil e de algumas doenças típicas (desidratação, hepatite, tifo, cólera, etc.) provocadas por um deficiente sistema de abastecimento de água, ocasionando surtos de epidemias bastante graves.

Prioridades:

I - execução da Rede de água para os municípios de Prudentópolis, Inácio Martins, Quedas do Iguaçu, Pitanga, Palmital e Manoel Ribas, deveriam as prefeituras através da AMCOPAR, solicitarem estudos de viabilidade e assinatura de contratos a fim de serem operados pela SANEPAR, sendo que para o município de Prudentópolis a implantação do sistema de abastecimento, visto que existe contratos assinados outorgando a concessão de seus sistemas;

II - ampliação e Execução da Rede de água e esgoto para Guarapuava;

III - elaboração do Projeto da rede de esgotos para a região;

IV - implantação de coleta e tratamento de esgotos.

e) **Proposições para um Programa de Armazenagem**

A Região necessita melhorar sua rede armazenadora, para não ser tomada de surpresa pelo desenvolvimento, principalmente por ser uma Região de grande produção agrícola, atendendo a condição básica de alocar as unidades de armazém próximas às áreas produtoras.

Poder-se-ia dar maior atenção ao programa de financiamento aos produtores agrícolas, para aplicações em unidades armazenadoras primárias e ao programa de expansão do sistema de armazenagem intermediária da rede oficial, visando uma atuação reguladora de preços.

Sugere-se ainda que se realizassem estudos de viabilidade técnica e econômica para verificar junto aos organismos res-

ponsáveis, a possibilidade de transformação de armazéns convencionais em graneleiros, como medida complementar e, possivelmente menos complexa, para uma mais rápida resposta de oferta ao sistema da Região, principalmente nos municípios que se destacam na produção de soja e trigo.

Seria também conveniente que a AMCOPAR, realizasse gestões junto às entidades responsáveis pela política de armazenamento, CIBRAZEM, COPASA, etc., e tomasse ciência da evolução dos planos setoriais destas Companhias afim de verificar a possibilidade de uma expansão da rede de armazéns a granel regional, a curto e médio prazo. Sugere-se ainda a verificação de um melhor aproveitamento das unidades de armazenamento de ensacados.

2.3.4 - RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Conforme ressaltou-se, a Região Plano apresenta condições favoráveis para o fortalecimento das atividades turísticas, levando-se em conta principalmente que o município de Guarapuava é o que conta com melhor infra-estrutura e com as atrações turísticas atuais. Caso se considere as potencialidades existentes e uma vez exploradas racionalmente, poder-se-ia garantir à Região um acréscimo adicional de recursos e empregos, relevante para sua expansão econômica.

As recomendações relacionadas com o turismo na Região, são particularmente voltadas para a cidade e Região de Gurapuava principalmente por estar ali localizada a estância Hidro-Climática de Santa Clara.

Como recomendação, seria relevante o desenvolvimento, notadamente, na cidade de Guarapuava de ações visando à expansão da floricultura através da recuperação e ampliação dos parques e jardins, ruas e avenidas, ou ainda sugerindo-se como complemento à beleza da praça existente no centro da cidade, a criação de um mercado de flores.

Para ativar a demanda turística da Região, Santa Clara

que se constitui como única oferta de águas dentro do Estado, necessita de maior divulgação. Sugere-se como caráter promocional, placas de sinalização, ao longo da rodovia BR-227, para orientar os motoristas sobre a localização da Estância e das comodidades por ela oferecida, assim como, restaurante, hotel, águas medicinais, etc. Além disso, Santa Clara deve ser caracterizada como estação de repouso e tratamento. Assim, a Estância poderia representar alternativas para descanso e recuperação física durante a viagem aos turistas e viajantes que demandam à Foz de Iguaçu - Assunção e, em sentido contrário. Funcionando, desta forma, como entreposto turístico.

Outra sugestão seria no aproveitamento e preservação dos recursos naturais. Aqui as quedas d'água constituem interesse máximo e de indiscutível beleza natural, seria interessante preservar a vegetação em torno destas quedas d'água, que ora encontram-se destruídas. No caminho que lhe dá acesso, existe interesse visual, nele a criação de belvederes entraria como indicação.

No que se refere ao aspecto de Comunicação, um ponto negativo é atribuído aos responsáveis pela Administração da Estância, no caso a PARANATUR, a qual deveria formalizar reivindicações junto a Secretaria de Interior e TELEPAR, no sentido de ser implantado terminais telefônicos, que seriam de grande utilidade, tendo em vista a distância que separa a Estância do município de Guarapuava.

.3.5 - RECOMENDAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DA POPULAÇÃO.

É especialmente difícil pensar-se em proposições que visem o desenvolvimento regional ou mesmo a solução de problemas, quando se trabalha ao nível do social. Isto porque a área social está diretamente ligada à econômica, não se podendo pensá-la de forma isolada. Por outro lado, a problemática social escapa ao nível de decisão municipal pois implica em problemas estruturais que correspondem ao sistema social, político e econô-

mico mais amplo.. Dessa forma a maioria das recomendações que se pode oferecer se dirigem as áreas de decisão estadual e/ou Federal.

O principal problema detectado e, portanto a principal preocupação que orientou o trabalho é a condição de vida e de trabalho da população. Como a maior parte da população se ocupa na agricultura na condição de pequeno produtor e membros não remunerados da família, é para esta parcela da população (a grande maioria) que de volta as proposições deste trabalho.

A proposição básica está assentada na necessidade de reter esta população no campo como forma de mantê-la ocupada, e sobrevivendo (ainda que em produção para autosubsistência) preservando na Região áreas que se configurariam com os bolsões de economia de subsistência. Isto porque as possibilidades de emprego não estão presentes nem no setor primário, nem no secundário e terciário. No setor primário não se pode esperar que o desenvolvimento da agricultura em moldes empresariais, voltada para a produção mecanizada signifique uma demanda importante de mão-de-obra, Por outro lado, a alternativa de migração rural-rural sob a forma de expansão da fronteira agrícola vem encontrando seus limites..

Assim sendo esta população ao estar voltada para sua própria reprodução, produz um excedente de certos produtos alimentares que são lançados nos mercados urbanos. Neste ponto encontra-se um dos sérios problemas do pequeno produtor: a dificuldade em retirar o produto de seu estabelecimento em virtude, principalmente, da localização distante destes dos centros urbanos e pela precariedade das vias de acesso. A construção e conservação de estradas é uma das necessidades prioritárias da região, que se coloca aqui como uma das principais indicações e que carece de maior urgência.

Outro problema afeto à comercialização de produção dos pequenos estabelecimentos é a figura do intermediário. O comércio feito por intermediários resulta, normalmente, em menores ganhos para o pequeno produtor e portanto em debilitar as suas já precárias condições de manutenção.

Portanto, a opção de preservar os pequenos estabelecimentos familiares implica em se pensar em meios que possam colocá-los com maior facilidade e menores prejuízos em contacto com o mercado.

Além do incentivo à formação de cooperativas de pequenos produtores, deve-se pensar em programas de incentivo, financiamento e assistência para diferentes produtos agrícolas cujo cultivo seja compatível com as condições do pequeno produtor. Deve-se portanto, executar programas especiais para cultura que não exijam áreas extensas, investimentos de vulto, etc. Tais programas não podem restringir-se apenas à produção mas também à comercialização e mercado. A detectação de quais as atividades que deverão ser incentivadas carecem de estudos mais aprofundados.

Uma outra possibilidade, para alguns municípios como Guaporé e Prudentópolis que já têm uma produção leiteira, basicamente de pequenos produtores, e que reivindicam sua participação na bacia leiteira do Estado, seria reconsiderar as conclusões a respeito da baixa oferta de leite, mesmo porque se pode admitir a hipótese de combinar a pecuária de corte com a leiteira, a exemplo de alguns casos já registrados no Paraná.

Reter a população no campo significa além de manter e ampliar as condições de existência dos pequenos estabelecimentos, ampliar o mercado de trabalho agrícola. O estímulo a atividade como por exemplo, fruticultura, extração de erva-mate, etc., já recomendados anteriormente, são alternativas válidas e necessárias não só pela viabilidade econômica, mas pela capacidade destas em absorver a mão-de-obra local.

As medidas aparentemente podem parecer de pouca eficácia, entretanto os custos de um processo de liberação da mão-de-obra agrícola, efetivamente é ponto de extrema preocupação em função dos problemas sociais que se manifestam no Estado: como o incremento de mão-de-obra volante e a intensificação da migração rural-urbana. Isto torna-se uma preocupação ainda maior quando se conhece a debilidade do mercado de trabalho urbano es-

tadual e a sua precariedade na Região Plano.

Um outro fator de extrema importância social e econômica também está presente na Região e requer uma decisão a curto prazo - refere-se à necessidade de legalização das terras em conflito, como forma a dar maior segurança e estabilidade às populações envolvidas e dessa forma incrementar a produção destas áreas. Cabe notar que boa parte das áreas da reserva indígena localizada na Região também sofrem problemas de ocupação pelos colonos locais necessitando de um controle e solução para que se salvaguarde a própria sobrevivência física e cultural do índio.

A nível mais geral, abrangendo praticamente todos os municípios, medidas precisam ser tomadas em relação ao controle da comercialização de produtos primários como forma de assegurar a cada Prefeitura os recursos provindos do I.C.M.. A evasão de mercadorias de um município para outro tem impossibilitado que cada município participe dos benefícios do que nele foi produzido, debilitando dessa forma o seu já precário e sobrecarregado orçamento.

As recomendações, no tocante aos setores Saúde e Educação são apresentadas a seguir.

Saúde — As proposições feitas para melhorar a qualidade da medicina preventiva e curativa sem levar em consideração o aspecto estrutural das condições de saúde, são:

- cursos de ensinamentos de medidas de higiene pessoal, prevenção e tratamento de algumas doenças mais comuns, conscientização da importância de vacinações;
- sistema de saneamento adequado, como tratamento de água, e rede de esgotos;
- ampliação e criação de recursos físicos necessários à prática da medicina curativa como: hospitais, ambulatórios, laboratórios, consultórios médicos e odontológicos em municípios desprovidos ou com capacidade abaixo

da demanda;

- incentivos e criação de condições favoráveis, através de cursos e treinamento, a fim de possibilitar melhor desempenho e qualificação dos recursos humanos;
- maior abrangência e melhor desempenho dos serviços de saúde da Funrural, considerando áreas que nem contam ainda com qualquer tipo de serviços desse órgão.

Educação — As situações problemáticas desta Região, na área educacional que se identificou com o estudo realizado são semelhantes às das demais regiões do Estado.

Segundo o que se pode constatar anteriormente, no setor educacional a falta de recursos humanos constitui um problema maior que a de recursos físicos, especialmente nas zonas rurais.

Como consequência do reduzido número de professores, as atividades educacionais também são exercidas por pessoal leigo.

Em relação a estas deficiências, deveria se procurar atender os requisitos mínimos de um padrão de vida que pudesse reter o pessoal docente qualificado nos lugares mais distantes.

Por outro lado, poderia também se promover, periodicamente, cursos com a finalidade de melhorar a qualidade do corpo docente não formado, ministrado na própria localidade.

Em relação ao problema da distância, caberia planejar uma distribuição espacial das escolas, segundo o contingente de crianças bem como, se instituir meios de acesso às unidades escolares (transporte, etc.).

Atendendo também ao aspecto da freqüência, seria importante estabelecer um calendário escolar, para a Região, de acordo com as atividades agrícolas que lá se desenvolvem, ou seja, considerando as épocas de plantio, colheita, etc., pois a evasão escolar se verificou em todos os municípios estudados. O ensino noturno, no caso, deveria ser mais estimulado, na medida em que corresponda às reais condições da grande parte da demanda, bem

como a adequação do ensino às necessidades do meio rural.

A precariedade da estrutura física também prejudica bastante as atividades educacionais, embora seja um problema mais sério.

Torna-se cada vez mais necessário para a melhoria dos serviços educacionais, uma divisão das tarefas e das responsabilidades financeiras desta área, entre os órgãos competentes.

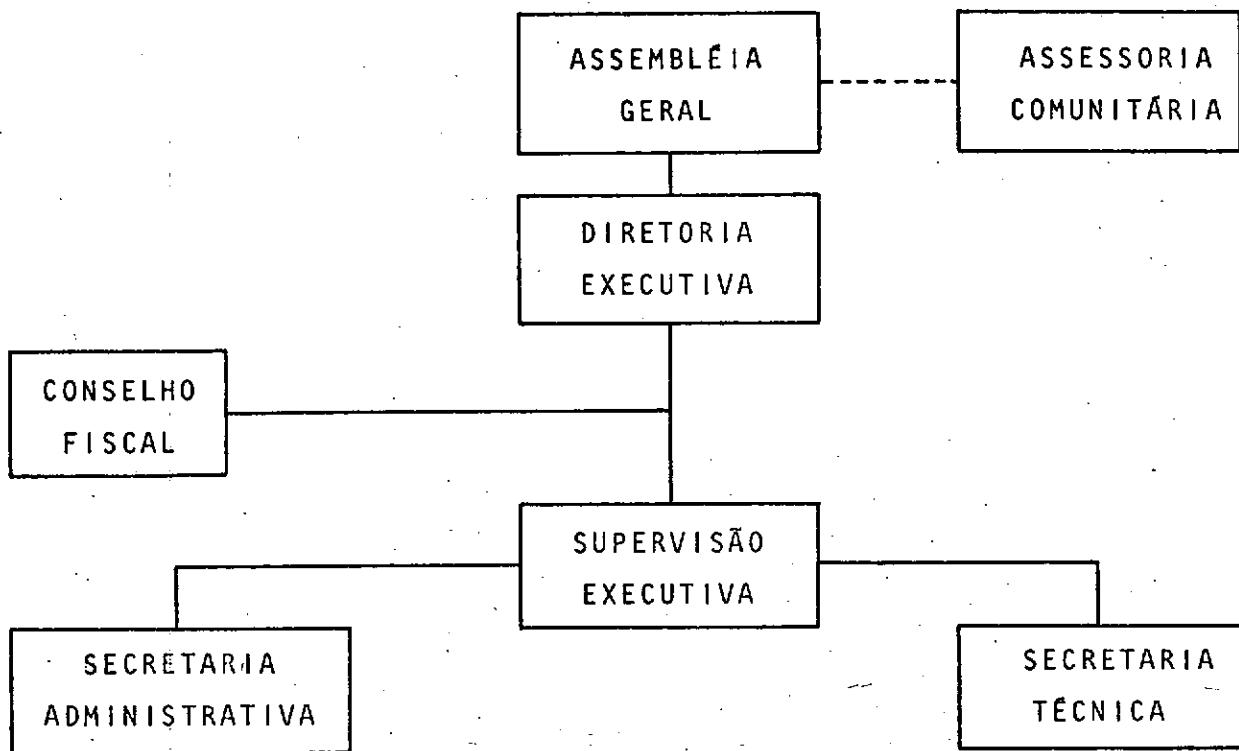
2.3.6 - SUGESTÕES RELATIVAS AOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Uma série de dificuldades tem impossibilitado que a Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná-AMCOPAR, até o momento tenha implantado um sistema e um processo de atividade coerente, que tornasse possível concretizar seus objetivos de contribuir de forma eficaz e racional para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região, em função da atual estrutura Administrativa da Associação e da inexistência de uma política de ação regional por parte do Estado, todavia espera-se que este trabalho contribua para futuras tomadas de decisão.

Tendo em vista a inadequada estrutura Administrativa da AMCOPAR, a qual implica na necessidade de reorganizá-la, propõe-se, num primeiro ensaio, a criação de uma Assessoria, dita comunitária, que deveria ser composta por pessoas de relevância nos municípios e que se propusessem a colaborar honorariamente com o objetivo de informar à Associação dos problemas inerentes a cada município. Estes elementos não teriam direito a voto e caberia à Assembleia Geral deliberar sobre suas propostas.

Para diminuir os encargos diretos da Diretoria Executiva, na supervisão das duas secretarias, seria criada uma "Supervisão Executiva" que exerçeria esta função e estaria subordinada à ela. Justifica-se a criação deste órgão por serem os prefeitos municipais em exercício o Presidente os seus vices, e, portanto sem tempo de se dedicarem integralmente à Associação.

Os demais órgãos manteriam as mesmas funções que ora, ide almente, deveriam desempenhar. Sob a forma de um organograma tem-se:



Ter-se-ia ainda a recomendar, em caráter prioritário, que se efetuasse a legalização da AMCOPAR, perante aos órgãos de direito, se ainda não estiver, para lhe assegurar poderes de gestão sobre seus municípios componentes.

Quanto aos municípios, individualmente, devem concentrar esforços e procurar aumentar suas receitas próprias, através de investimentos bem orientados, além de procurarem fontes de be neficiamento que lhes possibilitem realizarem planos de curto e médio prazo de interesse da comunidade. Devem interceder junto ao Estado ou à União para que estes, em conjunto ou isolada mente, minimizem os encargos municipais, como por exemplo em saneamento ou educação, pois esses encontram-se em estado desalentador.

Através da Análise do Espaço Econômico Regional e sua infra-Estrutura Física, constatou-se a polarização do município de Irati sobre Prudentópolis. Seria o caso de sugerir-se que Prudentópolis fosse retirado da Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste e incorporado àquela da qual faz parte o

município de Irati, entretanto uma recomendação desse teor requer estudos mais específicos pois pode inclusive ocorrer que Irati venha a se incorporar a AMCOPAR. Neste sentido o IPARDES já desenvolve um estudo de Regionalização para o Estado que irá suprir estas dúvidas.

Como já foi explicitado anteriormente, no corpo do trabalho, estas recomendações pela necessidade de estudos complementares, constituem-se apenas numa primeira abordagem que deverá servir de base para a elaboração de novos documentos, mais detalhados, para a Região Plano.

EQUIPE DE TRABALHO

COORDENAÇÃO GERAL:

ARION CESAR FOERSTER

ECONOMISTA

BLAS ENRIQUE C. NUÑEZ

ECONOMISTA

EQUIPE TÉCNICA

ARION CESAR FOERSTER

Panorama Sintético do Contexto Macrorregional

Setor Primário

Indicador de Capitalização do Setor Primário

BLAS ENRIQUE C. NUÑEZ

Enfoque Metodológico

Abordagem Histórica da Formação Econômica do Centro-Oeste
Paranaense

Caracterização dos Recursos Naturais da Região Plano

Imagem Representativa da Região Plano

Apreciação do Tecido Industrial da AMCOPAR

O "Complexo" Industrial da Madeira e a Organização Espacial
das Atividades Industriais

CARLOS M.A. DOS SANTOS

ECONOMISTA

Comportamento Evolutivo do Setor Industrial

Análise da Estrutura Espacial da Região Plano

A Hierarquia Funcional e Urbana

Aspectos Institucionais da AMCOPAR

CARLOS ROBERTO DE ABREU

ECONOMISTA

Análise das Atividades de Apoio

Infra-Estrutura Física e de Serviços

COORDENADORA DO ASPECTO SOCIAL

MARIA DE LOURDES URBAN KLEINKE
CARMEM REGINA RIBEIRO

SOCIOLOGA
SOCIOLOGA

Análise das Condições de Trabalho e de Vida da População

DENISE MARIA MAIA

ACAD. DE ECONOMIA

Educação

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

ACAD. DE ECONOMIA

Saúde

EQUIPE AUXILIAR

ANTONIO GOMES DE FARIA NETO
CREUSA M. DE OLIVEIRA
ERON JOSÉ MARANHO
INGRID OCH
LICÍNIA GONÇALVES
WALDIR PEDRO RIEDI

ACAD. DE MATEMÁTICA
ACAD. DE ODONTOLOGIA
ACAD. DE ECONOMIA
ACAD. DE ECONOMIA
ACAD. DE ECONOMIA
ACAD. DE ECONOMIA

EQUIPE PARTICIPANTE DE SEMINARIOS

FRANCE PÉREYRON MOCELLIN
MARCO ANTONIO PINHEIRO MACHADO
RAUL HIRT SERA

SUDESUL
IPARDES
SEC. DO PLANEJAMENTO

DESENHOS

NAIR ROBLES DE OLIVEIRA MATTOS